

*Promoção de competências na parentalidade e na gestão das
dinâmicas familiares no CAFAP: a importância da literacia
financeira*

Simão Teixeira Dias Gonçalves Silva

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para
obtenção do Grau de Mestre em Educação Social- Educação e Intervenção ao Longo
da Vida

Orientado por

Teresa Fernandes

Bragança, Novembro de 2024

*Promoção de competências na parentalidade e na gestão das
dinâmicas familiares no CAFAP: a importância da literacia
financeira*

Simão Teixeira Dias Gonçalves Silva

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para
obtenção do Grau de Mestre em Educação Social- Educação e Intervenção ao Longo
da Vida

Orientado por

Teresa Fernandes

Bragança, Novembro de 2024

Índice

Agradecimentos

| | |
|--|-----|
| Índice de Figuras | iii |
| Índice de Siglas | v |
| Resumo..... | vi |
| Abstract | vii |
| Introdução..... | 8 |
| 1. Enquadramento teórico: da definição à compreensão..... | 9 |
| 1.1. O conceito de literacia financeira | 9 |
| 1.2. A importância da literacia financeira..... | 9 |
| 1.3. Desafios e soluções da literacia financeira | 12 |
| 1.4. O impacto da literacia financeira no seio familiar..... | 14 |
| 1.5 Contributos para as famílias multidesafiadas | 16 |
| 2. Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: caracterização e enquadramento legal..... | 18 |
| 2.1 Objetivos..... | 18 |
| 2.2 Missão e valores | 19 |
| 2.3 Modalidades de intervenção | 19 |
| 3. O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental de Bragança | 20 |
| 3.1. Enquadramento histórico e atual da Fundação Casa do Trabalho..... | 20 |
| 3.1.1. Valências sociais e comerciais..... | 21 |
| 3.2. Criação e evolução do CAFAP de Bragança..... | 23 |
| 3.2.1. Modalidades de intervenção | 24 |
| 3.2.2. Metodologias e estratégias de intervenção do CAFAP..... | 24 |
| 3.2.3. Equipa-técnica, recursos materiais e financeiros | 26 |
| 3.2.4. Parcerias | 26 |
| 3.2.5. Estatísticas processuais | 27 |

| | |
|--|----|
| 4. O projeto de intervenção socioeducativa | 32 |
| 4.1. Levantamento de necessidades | 32 |
| 4.2. Pertinência do tema | 32 |
| 4.3. Objetivos de intervenção | 33 |
| 4.4. Metodologia e técnicas de intervenção..... | 33 |
| 4.5. Participantes..... | 34 |
| 4.6. Cronograma | 35 |
| 4.7. Avaliação pré-teste e pós-teste | 35 |
| 4.8. Avaliação SWOT do projeto | 37 |
| 4.9 Contributos e limitações do projeto..... | 38 |
| 4.10. Outras atividades | 38 |
| 5. O papel do Educador Social em contexto de CAFAP..... | 40 |
| 5.1. Funções e competências enquanto gestor do processo | 40 |
| 5.1.2. Mediação socioeducativa | 40 |
| 5.2. Intervenção técnica enquanto gestor de um processo..... | 41 |
| 5.2.1. Abertura do processo | 42 |
| 5.2.2. Atendimento..... | 42 |
| 5.2.3. Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF) | 44 |
| 5.2.4. Registo de Ocorrência..... | 45 |
| 5.2.5. Arquivamento de registo de ocorrência e outros documentos | 46 |
| 5.2.6. Visita Domiciliária..... | 46 |
| 5.2.7. Ponto de Encontro Familiar (PEF)..... | 47 |
| 5.2.8. Arquivamento de um processo..... | 47 |
| Considerações Finais..... | 49 |
| Bibliografia..... | 49 |
| Anexos..... | 57 |

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer ao meu Pai, família e amigos por me manterem motivado e focado durante o meu percurso académico e por, especialmente, nesta altura delicada e complicada terem estado sempre presentes para me apoiarem como também pelo apoio emocional e pela perseverança.

À minha supervisora Professora Mestre Teresa Fernandes, que foi incansável a esclarecer as minhas dúvidas e a ajudar-me a enriquecer o meu relatório, como também no acompanhamento ao longo desta jornada da minha vida que está prestes a acabar. Agradecer também a disponibilidade total sempre que era necessária uma supervisão, uma correção ou um tirar de dúvidas. Esteve sempre presente para tudo o que foi necessário, por tal, agradecer também a motivação e a preocupação sempre dada.

À minha orientadora Doutora Iveta, por se ter mostrado extremamente acessível e me ter recebido muito bem, com disponibilidade para me ajudar sempre que fosse possível e contribuir para um bom funcionamento da minha atividade enquanto técnico educador social. Estagiário.

Por fim, quero agradecer às Doutora Elisabete e Doutora Eliane, técnicas que acompanhei diariamente ao longo do estágio e que fizeram dele um trabalho enriquecedor e significativo, e de que sinto orgulho em fazê-lo junto das mesmas. Agradecer pela receção e inclusão que tiveram para com a minha pessoa, pela disponibilidade em partilhar os seus conhecimentos e ajuda, contribuir para um bom funcionamento do meu trabalho enquanto técnico educador social estagiário, pela paciência e atenção no meu processo de aprendizagem ao longo das horas de estágio. Agradeço assim, à equipa técnica CAFAP pela dedicação e por tornarem esta minha experiência muito enriquecedora.

Índice de Figuras

Figura 1- Organograma da Fundação Casa do Trabalho

Figura 2- Organograma da Equipa CAFAP

Índice de Siglas

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

PEF - Ponto de Encontro Familiar

PF - Preservação Familiar

PIAF - Plano Integrado de Apoio Familiar

Resumo

O presente relatório de estágio, integrado no plano curricular de estudos do Mestrado de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, apresenta de forma reflexiva e contextualizada, a experiência desenvolvida no âmbito da prática profissional como Educador Social, no desenvolvimento de um projeto de intervenção socioeducativa e como técnico gestor de processo, no acompanhamento de famílias sinalizadas para o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental de Bragança (CAFAP). São descritas as várias funções e tarefas do Técnico de Educação Social neste contexto específico de intervenção bem como o enquadramento legal da sua atuação.

Como temática subjacente ao projeto de intervenção socioeducativa, optou-se por abordar a temática de literacia financeira tendo em conta o diagnóstico de necessidades realizado em conjunto com as famílias e a equipa-técnica do CAFAP. Desta forma iniciou-se um caminho metodológico com uma avaliação prévia dos conhecimentos e práticas das famílias relativamente à gestão financeira, seguida da definição dos objetivos e metodologias de intervenção que culminou na elaboração e implementação de um cronograma de sessões seguida de uma avaliação posterior das competências adquiridas com o projeto e ainda uma avaliação SWOT dos seus pontos fortes e fracos.

Tendo em conta a importância que a literacia financeira assume na gestão dos recursos familiares e individuais, no geral, e das famílias acompanhadas pelo CAFAP, em particular, no âmbito da preservação familiar que constitui o objetivo último da intervenção dos técnicos afetos a esta resposta social, ficou demonstrada, com o projeto de intervenção socioeducativa de que versa o presente relatório de estágio, a necessidade de o replicar com mais beneficiários abrangidos bem como o papel que o Educador Social pode desempenhar na sua implementação.

Palavras-chaves: Literacia financeira; gestão de recursos; orçamento familiar; treino de competências; preservação familiar

Abstract

This internship report, integrated into the curriculum of the Master's Degree in Social Education – Education and Intervention throughout Life, presents in a reflective and contextualized manner the experience developed within the scope of professional practice as a Social Educator, in the development of a socio-educational intervention project and as a technical process manager, in the monitoring of families referred to the Family Support and Parental Counseling Center of Bragança. The various functions and tasks of the Social Education Technician in this specific context of intervention are described, as well as the legal framework of their work.

As the underlying theme of the socio-educational intervention project, it was decided to address the issue of financial literacy, taking into account the needs assessment carried out together with the families and the technical team of CAFAP. In this way, a methodological path was initiated with a prior assessment of the families' knowledge and practices regarding financial management, followed by the definition of intervention objectives and methodologies that culminated in the preparation and implementation of a schedule of sessions followed by a subsequent assessment of the skills acquired through the project and a SWOT assessment of its strengths and weaknesses.

Considering the importance that financial literacy assumes in the management of family and individual resources, in general, and of the families supported by CAFAP, in particular, within the scope of family preservation, which constitutes the ultimate objective of the intervention of the technicians assigned to this social response, it was demonstrated, with the socio-educational intervention project covered by this internship report, the need to replicate it with more beneficiaries covered, as well as the role that the Social Educator can play in its implementation.

Keywords: Financial literacy; resource management; family budget; skills training; family preservation

Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar o trabalho realizado no âmbito do estágio curricular do Mestrado Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, no Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) de Bragança.

Sendo licenciado na área de Educação Ambiental e tendo um interesse pela Educação Social, optei por frequentar o Mestrado de Educação Social com a visão de um futuro desenvolvimento profissional podendo assim juntar estas duas áreas de eleição. Por este motivo, optei pelo estágio curricular no Mestrado que me deu a oportunidade de observar e exercer a prática profissional do Educador Social e do técnico gestor de processos ao longo de quinhentas e oitenta horas de estágio. Foi neste contexto de acompanhamento de famílias multidesafiadas no CAFAP que identifiquei a literacia financeira como competência essencial a ser desenvolvida com vista à eficiente gestão dos recursos individuais e familiares disponíveis no orçamento familiar que permita satisfazer todas as necessidades dos elementos do agregado familiar, no geral, e dos menores em particular, no âmbito dos processos de preservação familiar. Assim, foi elaborado um projeto de intervenção socioeducativa dirigido às famílias acompanhadas no CAFAP com a finalidade de promover competências pessoais, económicas e financeiras que será apresentado neste relatório de estágio.

Para além da descrição metodológica e da implementação do projeto, é também apresentada a intervenção realizada enquanto técnico gestor de processos nas várias modalidades de atuação do CAFAP. Desta forma, o presente relatório divide-se em quatro partes: o enquadramento teórico relativamente à literacia financeira que serviu de base para a fundamentação do tema e para a elaboração do projeto desenvolvido ao longo do estágio; o enquadramento institucional e legal dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, em geral, e do CAFAP de Bragança, em particular; a descrição do projeto de intervenção socioeducativa “Capacitar para poupar” implementado com duas famílias, separadamente, através de 5 sessões de trabalho e as atividades realizadas ao longo do estágio como técnico gestor de processos.

No fim deste relatório são apresentadas algumas reflexões e considerações finais, tendo em conta maioritariamente o período de estágio, mas também desde o momento em que se iniciou o percurso no Mestrado de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida.

1. Enquadramento Teórico: da definição à compreensão

1.1. O conceito de literacia financeira

Antes de abordar a temática da literacia financeira (LF) é essencial apresentar a sua definição conceptual. Segundo Ávila (2008 como citado em Paredes, 2015), o conceito de literacia remete para a capacidade de cada pessoa interpretar e utilizar a informação obtida tendo em conta as competências adquiridas, competências estas que, mais tarde numa determinada ocasião, assumiram um papel de destaque. Por outras palavras, a literacia tem como objetivo permitir que o indivíduo seja capaz de compreender e interpretar a informação corretamente para poder utilizá-la de uma forma assertiva e eficaz.

É certo que a sociedade atual vive uma fase de transformação global implementada pelas novas tecnologias que estão na origem de um vasto leque de oferta de serviços e bens o que pode conduzir a uma má gestão dos orçamentos financeiros de indivíduos e famílias. Por este motivo, a literacia financeira, mais do que nunca, deve ser enquadrada na educação e formação ao longo da vida dos indivíduos. Segundo Paredes (2015) “(...) é cada vez mais difícil a comparação, a seleção e a tomada de decisão com vista à escolha mais acertada (...) e avaliar todos os riscos inerentes às suas escolhas e as suas consequências (...)” (p.3), pelo que a literacia financeira tem um papel fundamental na formação de pessoas conscientes e assertivas a tomar decisões nas questões associadas à gestão financeira, pessoal ou familiar.

O conceito de literacia financeira, apesar de se encontrar ainda em desenvolvimento, tem vindo a ganhar uma enorme importância na vida das pessoas ao longo do tempo. Atualmente, saber gerir os recursos, em geral, e os financeiros, em particular, é fundamental para uma boa qualidade de vida, sendo a literacia financeira o meio para atingir esse fim. Nas palavras de Tavares et al. (2022,) “A literacia financeira permite tomar decisões sólidas de curto prazo, fazer um planeamento financeiro a longo prazo, e estar consciente dos acontecimentos do dia a dia e das mudanças das condições económicas”, (p.80). Alguns autores afirmam que este conceito está relacionado com o conhecimento destes mesmos instrumentos e da instrução necessária para que as pessoas possam tomar as suas decisões financeiras de forma assertiva e a longo prazo obterem os resultados esperados, realçando a importância do saber em relação à literacia financeira uma vez que indivíduos com maior conhecimento nesta área têm maior probabilidade de serem bem-sucedidos em relação aos indivíduos que não detêm o mesmo conhecimento (Lusardi & Mitchell, 2007; Coalition, 2007 citado em Coelho, 2020).

Segundo Neves (2021) “(...) os cidadãos com um maior nível de literacia financeira têm uma maior confiança financeira, (...) e estão também aptos a tomar decisões

financeira acertadas que lhes permitam obter um crescimento financeiro”, (p.15). Isto deve-se nas palavras de Mandell (2007) ao facto de a literacia financeira promover competências aos indivíduos para avaliarem as questões económicas e terem iniciativa para tomar decisões relativamente à seleção e utilização dos objetos financeiros com vista à concretização de objetivos a longo prazo. Por outro lado, Orton (2007 citado em Tavares & Almeida, 2021) considera que a literacia financeira é um instrumento de formação que permite desenvolver capacidades como: aceder e assimilar a informação, tomar decisões conscientes e assertivas, avaliar os prós e contras, gerir e saber comunicar com outras pessoas sobre as questões financeiras e fomentar uma consistência no conhecimento e decisões de temas relacionados com os instrumentos monetários e financeiros.

Remund (2010) realizou um estudo no qual sistematizou as principais definições da literacia financeira citadas por vários autores até à atualidade, destacando-se cinco ideias principais: o conhecimento de conceitos financeiros, a capacidade para comunicar sobre os conceitos financeiros, a aptidão em administrar finanças pessoais, a capacidade na tomada de decisões financeiras apropriadas e a confiança no planeamento eficaz para necessidades financeiras futuras¹. Por seu lado, Hung, et al. (2009, como citado por Coelho), desenvolveram uma pesquisa sobre os pressupostos da literacia financeira e, tal como Remund (2010), dividiram o conceito em cinco definições: uma forma de conhecimento específico, uma ferramenta ou habilidade para aplicar esse conhecimento, um conhecimento percebido, um bom comportamento financeiro e uma experiência financeira. Consequentemente, os indivíduos que detêm um maior conhecimento de literacia financeira estão mais aptos a tomarem decisões assertivas e direcionadas a obterem uma estabilidade segura e um crescimento económico nas suas vidas. Por outro lado, pessoas que não possuem um conhecimento básico têm mais dificuldades em ter uma vida estável a nível económico e financeiro devido às decisões erróneas e que podem conduzir a graves problemas sócio-financeiros. Isto porque “a literacia financeira consiste no conhecimento e compreensão dos conceitos e riscos financeiros e aplicação de tais conhecimentos de maneira a melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade (...)” (OCDE, 2013 in Neves, 2021, p.15). No entanto, a literacia financeira vai além de possuir conhecimento, abarcando alguns fatores que permitem tomar decisões conscientes sobre assuntos monetários como a motivação, as atitudes assertivas, os valores e a gestão de emoções (Neves, 2021).

Qualquer pessoa pode obter formação em literacia financeira, não sendo esta estritamente direcionada para um público-alvo específico, ou seja, não é para quem detém maiores rendimentos, mas sim para quem pretende mudar a sua vida financeira e a sua

qualidade de vida. Para Hilgert, et al. (2003, como citado por Coelho, 2020), a literacia financeira é um conhecimento de administração e gestão económica, contudo, é um conceito que deve ser também compreendido como as competências que advém dessa literacia para que “(...) se consigam desmembrar capacidades e habilidades de tomar decisões o mais consciente possível (...)” (p.5). Ou seja, não é simplesmente por ter conhecimento e rendimentos que um indivíduo será melhor sucedido financeiramente, mas sim se houver proatividade e produtividade no conjunto dos fatores supramencionados.

Desta forma, é necessário que cada vez mais a literacia financeira seja promovida nas diferentes faixas etárias através de um método de ensino progressivo e assertivo pois é desde criança que as primeiras vontades e consumos se começam a manifestar (Dias et al., 2013). De acordo com Dias, et al, “a importância da Educação Financeira nas escolas advém sobretudo do facto de crianças e jovens, de forma progressiva e cada vez mais prematura, se constituírem como consumidores, e concretamente como consumidores de produtos e serviços financeiros” (p. 5). Desta forma, a literacia financeira em Portugal devia ser incluída numa educação ao longo da vida, iniciando-se na escola e progredindo ao longo do percurso de vida dos indivíduos já que se constitui como um instrumento utilizado para compreender, obter competências e utilizá-las de forma positiva nas questões económicas e financeiras, sejam elas pessoais ou familiares (Dias et al., 2013).

1.2. A importância da literacia financeira

A tomada de decisões acertadas é fundamental para traçar caminhos de vida melhores, por mais que elas sejam complexas e exigentes onde apenas a vontade não chega, mas sim o conhecimento de todos os aspectos que fazem tomar a decisão mais correta. Neste sentido, a literacia financeira apresenta-se como um instrumento necessário para combater as complexidades inerentes às decisões financeiras das pessoas. Isto porque permite o aperfeiçoamento da gestão das finanças pessoais e familiares e é usada como uma ferramenta que capacita para a tomada de decisões responsáveis (Opletalová, 2015 citado em Tavares, 2021). Mais especificamente, a literacia financeira capacita as pessoas para alcançarem as suas metas financeiras, o controlo dos consumos, a gestão do dinheiro e o uso eficaz do mesmo, o que leva à melhoria da qualidade de vida e financeira tanto a nível individual como familiar.

Para que a aplicação da literacia financeira seja eficaz, é necessário que inicialmente o indivíduo compreenda a diferença entre o que é necessário e dispensável, seguindo-se os

conceitos mais complexos como a elaboração de um orçamento (o que é, para que serve e como se faz), a identificação de gastos prioritários e não prioritários, a consciencialização de que gastar mais que o essencial pode comprometer a satisfação de necessidades futuras e de que é preciso “ter” para “gastar”, a sistematização das despesas, sejam elas obrigatórias mensalmente ou ocasionais, a identificação dos rendimentos e a sua origem e ainda a poupança e as suas vantagens (Neves, 2021). No dia-a-dia, os indivíduos são confrontados com vários desafios, e por isso a utilização correta do dinheiro é um dos principais fatores para uma vida estável e equilibrada. Ainda mais, segundo Neves (2021, p. 20), “A literacia financeira tem maior importância quando estamos perante cidadãos que temem pelas suas poupanças e pelo futuro” (p.20).

Para que esta ideia seja concretizável, é necessário que os indivíduos sejam capazes de enfrentar algumas ameaças que podem prejudicar o seu orçamento financeiro como o consumismo, a busca incorreta de investimentos, a procura rápida e fácil de aumentar o seu rendimento financeiro, a falta de organização do orçamento, as metas financeiras mal definidas, entre outros (Neves, 2021).

As decisões tomadas diariamente em relação aos gastos, sejam eles inevitáveis ou por prazer, acarretam uma responsabilidade para o indivíduo para evitar que as despesas realizadas conduzam a um endividamento, tanto no incumprimento das obrigações mensais como na escassez das suas poupanças. A literacia financeira permite ao indivíduo tomar a melhor decisão permitindo uma segurança do seu dinheiro e uma boa gestão (Tavares, 2021).

Através da literacia financeira, as pessoas ultrapassam mais facilmente situações negativas das suas economias, fazendo com que não seja necessário recorrer a outros recursos para obterem mais crédito. Por outro lado, previne decisões erróneas que podem afetar o indivíduo tanto a curto como a longo prazo, pelo que é importante que se desenvolvam “capacidades e compreensão no mundo das finanças, a fim de evitar a escolha errada (...)” (Tavares, 2021, p. 78). Dando continuidade a esta ideia, cada vez mais existe uma maior variedade de produtos e bens que levam os indivíduos a quererem adquiri-los, podendo alimentar o consumismo. Esta ação, segundo a Australian Securities and Investments Commission (2003 in Coelho, 2020, p. 19), conduz a comportamentos inadequados que provocam uma alteração nas finanças dos indivíduos, tais como: a não elaboração assertiva de um orçamento baseado nas receitas e consumos, a falta de capacidade de identificar produtos e serviços de acordo com as necessidades, a obtenção de um instrumento financeiro sem qualquer aconselhamento pondo em causa a segurança financeira e, conseqüentemente a todos estes comportamentos, a exposição a burlas e práticas financeiras abusivas.

A importância da literacia financeira é uma questão muito vasta e nela encontramos uma série de definições e estratégias que auxiliam o indivíduo a desenvolver uma estabilidade económica tanto na sua vida pessoal como no seu seio familiar, se assim se aplicar. De acordo com alguns autores como Lusardi e Tufano (2009), Mandell e Haritaran (2004), Rutledge (2010) e a OCDE (2005), a importância da literacia financeira tem na sua origem a promoção da gestão adequada do orçamento familiar, através da elaboração de um planeamento mensal das finanças num contexto familiar, sendo o primeiro passo para haver um critério assertivo e regulador na gestão do dinheiro, o que permite aos indivíduos controlarem as suas despesas priorizando os gastos e evitando o endividamento (Coelho, 2020, p. 11).

A capacidade de tomar decisões financeiras informadas prepara o indivíduo para realizar uma boa gestão do seu orçamento, implicando uma maior consciencialização no processo de tomada de decisão e proporcionando escolhas assertivas e consensuais, sem pôr em risco as suas poupanças e/ou orçamento. Segundo Lusardi e Tufano (2009 in Coelho, 2020) um maior conhecimento das temáticas económico-financeiras conduz à redução dos riscos de endividamento e à escassez de dinheiro, a uma melhor gestão financeira e a uma maior segurança/proteção do bem-estar financeiro do indivíduo e/ou família. A literacia financeira torna-se assim eficaz na educação da pessoa e na sua saúde financeira.

Segundo a OCDE (2010 in Paredes, 2015), a literacia financeira foi considerada um conceito em ascensão “dado o constante desenvolvimento do mercado financeiro e das mudanças verificadas a nível demográfico, político e económico” (p.12). Ou seja, é preciso desenvolver uma preparação para as mudanças no mercado financeiro, em consequência da evolução tecnológica, já que os indivíduos estão diariamente expostos a produtos e serviços o que poderá conduzir ao consumismo e à degradação do orçamento mensal da pessoa e/ou família, sendo, por isso, necessário que os consumidores se adaptem aos produtos e contextos financeiros que surgem diariamente.

Por último, ainda no âmbito da importância da literacia financeira, encontra-se a realização de uma poupança que a pessoa deve incluir no seu orçamento mensal com o objectivo de garantir um futuro financeiro seguro e confortável sendo ele para um plano de reforma ou para casos de emergência, como por exemplo, despesas médicas, acidentes, catástrofes naturais, entre outros (Coelho, 2020). Por outro lado, a OCDE (2010, in Paredes, 2015) refere que muitos governos estão a reduzir os apoios sociais do Estado, pelo que os cidadãos passam a ter a responsabilidade de realizar poupanças garantindo assim o seu futuro e segurança financeira.

É de reconhecer que através dos conhecimentos que a literacia financeira oferece, esta pode conduzir a mudanças comportamentais positivas e vantajosas, contribuindo para a diminuição do desperdício dos rendimentos e a regulação do orçamento pessoal e/ou familiar, (Paredes, 2015). Kozup e Hogarth (2008 in Neves, 2021, p. 20) afirmam que a importância da literacia financeira depende de vários elementos tais “a educação financeira, o acesso à informação e o aconselhamento financeiro” (p.20), para que o indivíduo consiga atingir uma melhor eficiência financeira e reguladora do seu orçamento.

A literacia financeira demonstra então desempenhar um papel importante nas decisões quotidianas dos indivíduos, mas também na tomada de decisões mais complexas a médio e longo prazo. Por tal, a literacia financeira não é só o conhecimento dos conteúdos e conceitos financeiros, mas sim a forma como são aplicados esses conhecimentos, comportamentos e atitudes do indivíduo após a educação e/ou reeducação financeira (Campos, 2017).

1.3. Desafios e soluções da literacia financeira

De acordo com o explanado anteriormente, o maior desafio que a literacia financeira nos propõe é exactamente o grau de conhecimento da mesma, pois é através dela que os indivíduos tomam as suas decisões financeiras mais assertivas. Estas decisões podem ser “influenciadas por diversas variáveis socioeconómicas e demográficas (...)” (Neves, 2021, p. 21) sendo elas a idade, o género, o nível de escolaridade, a experiência e rendimentos.

Segundo Neves (2021), o sexo feminino tende a ter um menor nível de literacia financeira, pois as mulheres avaliam o seu conhecimento financeiro de uma forma mais convencional, ou seja, sem arriscar nas suas decisões financeiras. A falta de conhecimento sobre literacia financeira por parte das mulheres resulta mais da falta de confiança no que toca a questões financeiras do que propriamente uma “falta de conhecimentos” (Neves, 2021, p. 21). Autores como Atkinson e Messy (2012 in Dias, 2022), afirmam que o sexo masculino apresenta uma maior literacia financeira em relação ao sexo feminino. No entanto Mandell e Klein (2007) reconhecem uma falta de evidências intuitivas que comprovem a diferença do nível de literacia financeira entre ambos os géneros.

Segundo Argarwal, Discoll & Gabaix (2009, in Neves, 2021), o grau de literacia financeira tende a aumentar com a idade à medida que as pessoas adquirem mais experiência e exposição a questões financeiras ao longo da vida. Por outro lado, um dos fatores que provoca um baixo nível de literacia financeira é a reduzida alfabetização financeira dos indivíduos. Não obstante, Kirsch (2001 in Tavares, 2021) afirma que o conhecimento sobre

literacia financeira não se relaciona só com o nível de escolaridade, mas sim a um conjunto de “capacidades, conhecimentos e estratégias que os indivíduos adquirem durante a sua vida (...)”(p.74), pelo que todas as vivências ao longo da vida podem dar origem a uma alfabetização financeira enriquecedora e experiente. Isto porque, segundo vários autores, quanto maior for o nível de literacia financeira maior será a alfabetização o que terá um impacto positivo nas economias pessoais e/ou familiares (Monticore, 2010 citado em Neves, 2021; Mandell & Klein, 2009 citado em Tavares, 2021).

A dificuldade das pessoas em escolher produtos e bens essenciais é outro dos aspetos que demonstra um baixo nível de literacia financeira. Com a existência de uma grande variedade de produtos e bens disponíveis para aquisição, as pessoas podem fazer escolhas erróneas e desinformadas o que pode afetar os recursos económicos existentes. Segundo Lavoura (2017) “existiu um aumento exponencial na oferta de produtos e de serviços (...)”, o que resultou numa “dificuldade em dominar os mercados financeiros, devido à falta de informação ou de conhecimento” (p.4). Por outro lado, a falta de motivação dos indivíduos para evoluir no seu conhecimento sobre finanças pode agravar ainda mais o desenvolvimento das suas capacidades em relação à literacia financeira. Por este motivo, seria fundamental introduzir no ensino escolar uma formação genérica sobre literacia financeira bem como em outras instituições ao longo da vida promovendo “(...) um comportamento financeiro mais responsável e adequado”, (Dias, 2022, p. 16). Juntamente com a formação, é necessário disponibilizar ferramentas e recursos para que a educação financeira seja desenvolvida, através de campanhas, workshops e formações com o objetivo de fazer com que os indivíduos aprendam como melhorar a sua vida económica e financeira. O investimento na procura pela informação e pelo conhecimento financeiro é sustentada pela obtenção de benefícios futuros e um bem-estar financeiro na vida da pessoa (Meire et al., 2013 citado em Lavoura, 2017).

Para existir uma boa saúde financeira, segundo a Australian Securities & Investments Commission (2014, p. 7), podemos considerar quatro elementos importantes como a literacia financeira, a inclusão financeira, a proteção do consumidor e os mercados financeiros eficientes. A literacia financeira, como já referido anteriormente, é uma ferramenta que permite aos indivíduos tomar decisões sólidas e fazer um planeamento financeiro consciente dos acontecimentos, rotinas e das mudanças das condições económicas (Tavares et al. 2022). A inclusão financeira, segundo Neves (2021), “tem como princípio estabelecer uma relação entre a população que não tem qualquer contacto com o universo bancário (...), permitindo o acesso a uma variedade de serviços financeiros” (p.26). Ou seja, a inclusão financeira proporciona a todas as pessoas um vasto conjunto de serviços financeiros que possam dar

resposta às suas necessidades, criando a oportunidade de haver um maior conhecimento e contacto com esses mesmo serviços. Esta inclusão, dá origem a uma melhor gestão financeira da pessoa e/ou família promovendo a democratização do acesso a serviços financeiros especializados e seguros levando à redução da pobreza e ao crescimento económico do individuo e/ou família, (Neves, 2021). A proteção do consumidor é um grande desafio do Direito do Consumidor, pois é assim que se pode garantir a segurança dos seus dados pessoais, quando este investe num serviço ou produto, obtendo também um maior e mais seguro “acompanhamento da regulação da oferta de serviços e produtos financeiros, (...), proporcionada pela formação financeira” (Banco de Portugal, 2013 citado em Neves, 2021). Os mercados financeiros eficientes são uma ferramenta onde o individuo age racionalmente na procura de maximizar os seus lucros sem pôr em causa os seus rendimentos ou até o dinheiro essencial à sua sobrevivência, “(...) possibilitando um melhor bem-estar financeiro”, (Tavares, 2021, p.78), sem colocar as suas finanças em perigo ao evitar escolhas erradas.

Após a adaptação de vários inquéritos já existentes, Dias (2022) elaborou um questionário com o objetivo de calcular o índice global de literacia financeira dos estudantes do Ensino Superior em Portugal através dos indicadores de atitude, comportamento e conhecimento financeiro. Na sua análise e discussão dos dados é demonstrado que “quanto maior for a literacia financeira de um individuo maior será o seu nível de resiliência e bem-estar financeiro” (p. 51). Este estudo vem corroborar a ideia da ASIC (2014), onde os elementos já apresentados são efectivamente importantes para o bem-estar financeiro da pessoa e/ou família pelo que, pese embora a literacia financeira possa ser um grande desafio na vida das pessoas, a sua operacionalização proporciona uma saúde financeira melhor evitando situações problemáticas de difícil resolução.

1.4. O impacto da literacia financeira no seio familiar

A literacia financeira detém muitos desafios e soluções para a vida das pessoas e por isso tem um grande impacto pessoal e familiar. Seguindo a ideia explanada no ponto anterior, para haver uma boa saúde financeira é essencial que haja um conhecimento da literatura financeira, cujo impacto poderá mudar a vida da família. Mas antes de continuar, é necessário esclarecer este conceito de impacto que, segundo Amaral (2013), diz respeito aos resultados obtidos após uma intervenção tendo em conta alguns elementos: “O impacto de uma intervenção (...) consiste nos resultados da implementação num determinado local, ao nível de indicadores sociais, económicos, ambientais, (...)” (p. 5).

Através do uso correto da literacia financeira e com os instrumentos e o conhecimento que podemos retirar dela, as finanças familiares serão saudáveis e estáveis. A base principal que leva ao impacto da literacia financeira no seio familiar é o facto de esta solucionar e melhorar os problemas económicos. Através deste impacto, verifica-se uma regulação assertiva na saúde financeira da família e esta acabará por ganhar recursos e estratégias na gestão do seu dinheiro (Amaral, 2013). Especificamente, após a elaboração do orçamento familiar, ou seja, os rendimentos e as despesas mensais, a poupança é uma ação fundamental para a família. Não é apenas um simples ato de colocar dinheiro de parte, mas sim de desenvolvimento económico dentro do seio familiar e uma fonte de rendimento preparada a longo prazo. Segundo Ponomarenko (2017 citado em Neves, 2021), as poupanças “(...) podem ser fundamentais para o desenvolvimento económico a longo prazo, uma indicação de um ciclo de procura agregada sustentável ou uma fonte essencial de desequilíbrio globais” (p. 32).

Segundo Neves (2021) uma boa saúde financeira envolve saber e ter a competência de economizar e usar uma poupança. Muitas são as técnicas possíveis para se conseguir poupar algum dinheiro, nomeadamente usando um mealheiro para moedas pequenas ou para uma quantia semana ou mensal e no final do ano verifica-se realmente uma poupança de dinheiro, resultando assim na obtenção de um recurso a mais, relevante para o seio familiar. No entanto também há riscos quando existe uma poupança relacionada com os investimentos porque este é apenas uma estratégia de aumentar os rendimentos e/ou lucros da família, não sendo uma poupança segura. Pelo contrário, as poupanças são caracterizadas pela obtenção de um rendimento a longo prazo que pode ser usado em casos extremos e/ou como reforma. Investir dinheiro que nos faz falta, ou até dinheiro que não temos (empréstimos) não vai fazer com que a família fique com uma saúde financeira estável, muito pelo contrário. Assim, o que poderá haver é o investimento de algum dinheiro, que seja considerado prescindível, sem compromisso de retorno, com o objetivo de obter outro rendimento mensal/anual.

Outro impacto da literacia financeira passa pela mudança de mentalidade das famílias, onde algumas vezes podemos observar que um ou mais elementos do agregado não auferem rendimentos ou auferem prestações sociais. Segundo Neves (2021), “indivíduos com um nível de escolaridade mais baixo tendem a auferir rendimentos menores (...)”(p.15), ou seja, a procura por uma educação melhor pode prevenir o desemprego e promove o acesso a empregos mais bem remunerados no futuro. Por outro lado, a literacia financeira influencia positivamente na gestão eficiente na compra de bens de primeira necessidade da família, em função da quantidade e qualidade dos produtos. Este é um impacto da literacia financeira que

ajuda na reorganização do orçamento financeiro de uma família, pois implica saber quanto poderá gastar e quanto irá conseguir poupar.

A mudança dos hábitos da família contribui para a melhoria da qualidade de vida e da saúde financeira da mesma. A literacia financeira, neste âmbito, é aplicada nas decisões diárias sobre gastos não prioritários, como por exemplo, tomar refeições fora de casa ou ir às compras sem uma lista previamente elaborada das necessidades, entre outros. Com a mudança de pensamento e de hábitos, haverá um impacto importantíssimo no orçamento familiar, criando assim um menor valor de despesas podendo aplicar o restante dinheiro na criação de uma poupança.

Um último elemento da literacia financeira que faz diferença é o uso adequado e sustentável dos serviços prestados na habitação tais como água, luz, gás, comunicações e internet. Existem estratégias com a finalidade de prosperar uma poupança dos recursos naturais que são utilizados no dia-a-dia sendo que, para além de poupar dinheiro, contribui-se para um ambiente sustentável. A literacia financeira cria então este impacto através da educação e transmissão de conhecimentos e estratégias que auxiliam na poupança de dinheiro.

1.5 Contributos para as famílias multidesafiadas

Antes de sistematizar os contributos é fundamental explicar o conceito de famílias multidesafiadas. Segundo Gomes (2021), o termo de famílias multidesafiadas, outrora designadas famílias multiproblemáticas, relaciona-se com a forma como as pessoas se relacionam e se comportam perante a existência de conflitos. Por outro lado, designa as várias experiências e desafios vivenciados pelas famílias, dando enfoque às potencialidades e à valorização das mesmas durante as mudanças ao longo das suas vidas (Almeida et al., 2016 citado em Gomes 2021). Assim, as famílias multidesafiadas caracterizam-se pela ineficácia em gerir as suas dificuldades e conflitos, pondo em causa o seu bem-estar e de quem os rodeia (Alarcão, 2006 in Gomes, 2021). São ainda caracterizadas pela falta de uma boa gestão dos seus recursos financeiros levando a más decisões e alternando entre boas e más fases económicas no seio familiar. Pode ser muito desafiador para estas famílias a mudança de pensamento e de comportamento pois (...) “este processo de adaptação evidencia-se, como o próprio nome indica, desafiante (...)” (Gomes, 2021, p. 59).

Após o conhecimento básico das ferramentas e soluções que a literacia financeira tem para oferecer, os seus contributos para as famílias multidesafiadas permitem melhorar a sua qualidade de vida. O principal contributo é uma melhor gestão das suas finanças, através da

elaboração de um orçamento que proporcionará um maior controlo sobre os gastos e despesas. Por outro lado, a literacia financeira educa e ajuda as famílias multidesafiadas a evitarem a acumulação de faturas e pagamentos, tais como renda, luz, gás e água. Não obstante, se houver esta acumulação, as famílias são informadas dos apoios que as instituições sociais podem prestar para a liquidação dessas dívidas. Contudo, é preciso que os indivíduos sejam capazes de se autonomizar na sua gestão financeira e que saibam separar o valor necessário para efectuar os pagamentos sempre que os seus rendimentos estejam disponíveis já que como afirma Marques (2019) um “orçamento familiar revelador de má gestão (...) tende a afetar a rotina das famílias” (p. 25). Para além do pagamento destas faturas, é essencial saber controlar os gastos em outras compras, por exemplo a ida a um supermercado que deve ser feita de forma planeada e racional para combater o consumismo e a literacia financeira oferece um contributo importante no sentido de usar estratégias para prevenir este consumismo por parte dos indivíduos. E para além de ensinar a poupar, educa na relação qualidade-preço e priorização dos bens e produtos a adquirir.

A comunicação e o bem-estar social entre os membros da família é essencial e através da literacia financeira, as preocupações económicas que podem conduzir a problemas relacionais podem ser reduzidos, havendo uma comunicação mais assertiva e informada entre os membros. Para além da comunicação, também a interajuda coletiva entre os membros da família, que conduz a relações mais saudáveis entre os membros e à definição objetivos em comum, proporciona um equilíbrio económico, social e de saúde mental, positivo entre os membros. É fundamental que os filhos sejam educados pelos seus progenitores para a boa gestão do seu dinheiro, incluindo-os nas tomadas de decisões sobre despesas e compras.

2. Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: caracterização e enquadramento legal

A resposta social de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) foi criada pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social através da publicação em Diário da República da Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril. Esta portaria segue a Lei n.º 4/2007, 16 de janeiro, onde foram aprovadas as bases gerais do Sistema de Segurança Social que tem como objetivos de intervenção a prevenção e reparação de situações de disfunção e exclusão social bem como a proteção de crianças e jovens. A referida Lei considera que a família, enquanto estrutura de cidadania, assume aspetos afetivos, relacionais, educativos e de responsabilidade parental com especial importância. Na sua ausência ou incapacidade, o Estado está atento às vulnerabilidades, às quais é necessário dar uma resposta através de mecanismos especializados de apoio à família. É neste contexto que os Centros de Apoio à Família e Aconselhamento Parental assumem uma especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como a promoção de uma parentalidade positiva, atendendo à realidade social onde é feita a intervenção (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2013).

2.1 Objetivos

Como indica a Portaria n.º 139/2013, 2 de abril, no seu Artigo 3, o CAFAP é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, focado na prevenção e reparação de situações de risco psicossocial. Este visa promover alguns objetivos tais como:

- a) Prevenir situações de risco e perigo através do exercício de uma parentalidade positiva;
- b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;

- h) Favorecer a reintegração da criança ou jovem em meio familiar;
- i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso;

2.2 Missão e valores

O CAFAP tem como missão desenvolver uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais das mesmas, tendo em conta o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar. Esta intervenção pretende promover o exercício de uma parentalidade positiva originando uma qualificação familiar, através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias no desenvolvimento de competências e autonomia, melhoria do desempenho da função parental e em alguns casos a reintegração da criança ou jovem no seio familiar (CAFAP, 2024).

2.3 Modalidades de intervenção

O CAFAP visa a qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar, estando a sua atuação dividida em níveis diferenciados de intervenção de acordo com as características das famílias (CAFAP, 2024):

- a) a preservação familiar, que pretende prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida;
- b) a reunificação familiar, que tem como objetivo o regresso da criança ou jovem ao seu meio familiar, no caso de institucionalização ou colocação em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode ocorrer em espaço domiciliário e ou comunitário;
- c) o ponto de encontro familiar, que se apresenta como um espaço neutro que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, através das visitas dos progenitores com o devido acompanhamento de um técnico do CAFAP em situações de conflito parental e/ou de separação conjugal;

3. O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental de Bragança

3.1. Enquadramento histórico e atual da Fundação Casa do Trabalho

A Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar - Patronato de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1940, pela Diocese de Bragança-Miranda. Localiza-se na Avenida Cidade Zamora, pertencente à União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, no concelho de Bragança e integra um conjunto de respostas sociais entre elas a Casa de Acolhimento, os Apartamentos de Autonomização, o Centro de Atividades de Tempos Livres e o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

A Fundação Casa do Trabalho Dr. Oliveira Salazar apresenta-se como uma organização humanista com caráter cristão. Por outro lado, é um centro de recursos pedagógicos, técnicos e patrimoniais, assente numa abordagem individualizada que instrói e consciencializa a vivência da cidadania livre, responsável e efetiva. A visão de uma organização é definida pelo modo como a mesma deseja cumprir os seus propósitos e, por essa razão, a Casa de Trabalho objetiva distinguir-se pela primazia e excelência do seu serviço de acolhimento, desenvolvimento de métodos de mediação, intervenção e capacitação dos sujeitos para uma integração social positiva. Desta forma, compreende como valores fundamentais o acolhimento e hospitalidade, a bondade e compaixão, a proximidade e diálogo, o respeito e civismo, a tolerância e cooperação, a criatividade e paciência, a responsabilidade e prudência, a liberdade, a justiça, a autonomia e a alegria, (Casa do Trabalho, 2024).

No que concerne à organização hierárquica da instituição em função das suas respostas sociais, ela encontra-se representada graficamente na figura infra.

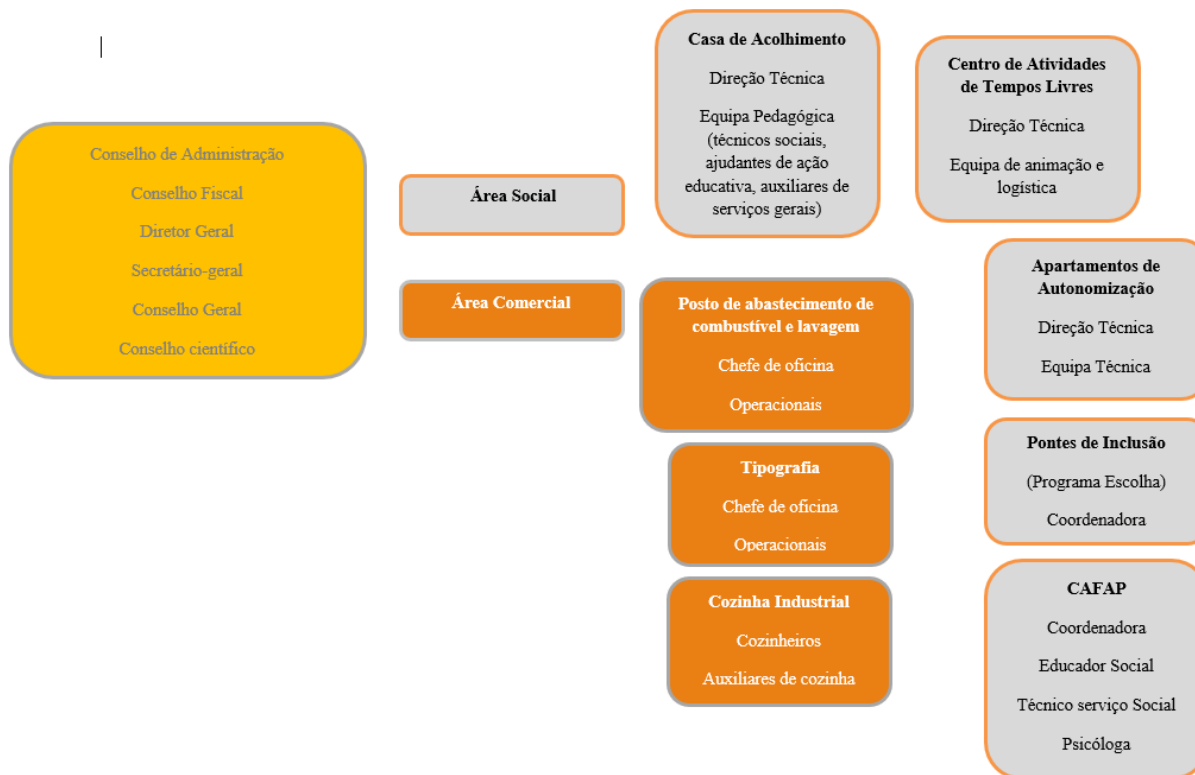


Figura 1 Organograma da Fundação Casa do Trabalho

3.1.1. Valências sociais e comerciais

A Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar contempla um conjunto de respostas sociais diversificadas subdivididas em duas vertentes – uma comercial e uma social. A vertente comercial assume uma função operacional e de sustentabilidade financeira da instituição, enquadrando uma tipografia que se dedica às artes gráficas, nomeadamente à impressão de edições periódicas – jornais, revistas e livros e também rotulagem folha a folha, flyers e cartazes; um posto de abastecimento de combustíveis e lavagem automóvel e uma cozinha industrial, alugada a uma empresa que faz a sua exploração servindo refeições para os utentes da Casa de Trabalho e de outras instituições da cidade.

Relativamente à vertente social, outrora composta por quatro respostas sociais onde se encontrava a Casa de Acolhimento, o Centro de Atividades de Tempos Livres, os Apartamentos de Autonomização e o Projeto Pontes de Inclusão, a Casa de Acolhimento tem sob a sua tutela crianças e jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos que foram institucionalizados por decisão do Tribunal em contextos de negligência familiar, carência afetiva e económica, problemáticas escolares (abandono escolar), maus-tratos físicos e psicológicos e exposição a comportamentos desviantes ou de risco por parte

dos progenitores (alcoolismo, prostituição, violência doméstica, entre outros). A Casa de Acolhimento destina-se a acompanhar as crianças e jovens em diversas modalidades da sua vida, nomeadamente, a nível escolar ou profissional, psicológico, familiar, pedagógico, desportivo, musical e também na saúde. Esta resposta é orientada por uma missão de estimular e educar “crianças e jovens para uma mudança reparadora e uma descoberta autêntica e efetiva”, fomentando a sua integração na comunidade, (Casa do Trabalho, 2024).

Os Apartamentos de Autonomização foram criados em 2009 com o intuito de apoiar a transição dos jovens da casa de acolhimento para a vida adulta para que estes se tornassem capazes de desenvolver competências pessoais e sociais e satisfazer as suas necessidades básicas fundamentais. Por outro lado, são realizadas atividades lúdicas e socioculturais, direcionadas para seis áreas de desenvolvimento – afetivo, social, intelectual, físico, caráter e espiritual. Por outras palavras, os apartamentos de autonomização pretendem capacitar os jovens adultos a desenvolverem a sua autonomia ao nível social, pessoal e profissional (Casa do Trabalho, 2024).

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) é um espaço destinado a crianças do 1.º e 2.º ciclo em que as atividades desenvolvidas apresentam um caráter lúdico, artístico, cultural, tradicional e desportivo. Estas atividades possibilitam não só um acréscimo da aprendizagem e criatividade, mas também o reportório de comportamentos mais positivos. A sua missão centra-se no desenvolvimento biopsicossocial e espiritual das crianças através de várias atividades tais como dança, teatro, música, cinema, desporto, catequese e visitas culturais (Casa do Trabalho, 2024).

O Projeto Pontes de Inclusão tem como objetivo promover a inclusão social de crianças e jovens, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social e é um projeto financiado pelo Programa Escolhas da 9.ª Geração. Iniciou em outubro de 2023 e constitui a renovação do anterior projeto - Pontes de Inclusão de março de 2016 (Casa do Trabalho, 2024). Este projeto atua em vários eixos procurando combater as dificuldades que afetam a participação social, a educação e o mercado de trabalho, empoderando diferentes públicos através da aquisição e treino de competências para construir um futuro melhor:

- Nas crianças e jovens de etnia cigana, apoiam os que vivem em condições precárias na cidade de Bragança e zonas rurais do Concelho, através de ações personalizadas, combatendo a exclusão social e promovendo a integração na comunidade.
- As crianças e jovens em situação de risco social e vulnerabilidade são atendidas, incluindo aqueles institucionalizados ou de famílias com dificuldades económicas ou com problemas de integração. O objetivo passa por fortalecer a cidadania, proporcionar

educação de qualidade e oferecer oportunidades para um futuro promissor destas crianças e jovens.

- Os jovens imigrantes, que escolheram a cidade de Bragança para estudar, a intervenção visa suprimir as carências económicas e sociais, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho, incentivando o empreendedorismo e promovendo a integração dos imigrantes na comunidade.

A Fundação Casa de Trabalho, numa perspetiva de complementaridade às respostas sociais já existentes, sentiu a necessidade de criar um serviço especializado na área da intervenção social e comunitária, nomeadamente na vertente familiar. Neste sentido, surgiu o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), no dia 10 de setembro de 2018, que permite um trabalho multidisciplinar, integrado e dinâmico com a comunidade, visando promover uma intervenção de sucesso junto das crianças, dos jovens e das suas famílias (Casa do Trabalho, 2024).

3.2. Criação e evolução do CAFAP de Bragança

A criação do CAFAP em Bragança teve início através de um acordo de cooperação ligado à área de ação social, entre o Instituto de Segurança Social e a Casa do Trabalho Dr. Oliveira Salazar - Patronato de Santo António, assinado no dia 27 de agosto de 2018 que entrou em vigor a 09 de setembro de 2018. Um acordo de cooperação é um instrumento jurídico formal que estabelece um vínculo de colaboração entre duas ou mais partes, com o objetivo de alcançar um propósito comum. As partes podem ser entidades públicas, privadas ou mistas, e o acordo pode ser celebrado em diferentes áreas tais como: pesquisa e desenvolvimento, educação e aprendizagem, comércio e investimento, cultura e turismo e a ação social (Segurança Social, 2017).

O acordo remete não só para a localização da instituição CAFAP, mas também para as modalidades que serão trabalhadas, sendo elas, o ponto de encontro familiar e a preservação familiar. Nos pontos a seguir iremos explicar os termos que ficaram definidos no acordo de cooperação.

3.2.1. Modalidades de intervenção

Apesar de estarem previstas na Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, três modalidades de intervenção, o CAFAP de Bragança apenas trabalha em duas: preservação familiar e ponto de encontro familiar. Como já foi referido anteriormente, a preservação familiar visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida, desenvolvendo programas de fortalecimento familiar, workshops, competências pessoais e sociais em meio escolar, educação parental, entre outros, utilizando a metodologia de treino de competências familiares. Paralelamente a este fortalecimento familiar, é promovido também pela equipa-técnica um acompanhamento individual, sistemático, intensivo e intencional junto dos membros da família, com crianças e jovens em risco. Por outro lado, a modalidade de ponto de encontro é realizada nas instalações do CAFAP no edifício Tenda do Encontro, ou pode ser feita fora da instituição quando é decretado pelo Tribunal, sendo que a entrega da criança ou do jovem é sempre feita no CAFAP (CAFAP, 2024). Em qualquer dos contextos, durante as visitas, pode estar presente um elemento da equipa-técnica para supervisão e observação do comportamento e interação da criança e do/a progenitor/a, supervisão esta também decretada pelo Tribunal.

A reunificação familiar é a modalidade que falta e um dos objetivos a alcançar pela instituição, cujo pedido se encontra em processo de análise pela Segurança Social.

3.2.2. Metodologias e estratégias de intervenção do CAFAP

O CAFAP tem um papel fundamental e interventivo nas questões da prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias com crianças e ou jovens, e para tal dispõem de alguns princípios orientadores para que a intervenção seja eficaz e adequada, (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2013).

- a) Promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, que tem por base a criança ou jovem como sujeito de direitos que deve receber a proteção necessária ao desempenho pleno do seu papel na comunidade, garantindo o seu desenvolvimento integral.
- b) Intervenção sistémica, que prioriza o ambiente natural de vida da família, ou seja, a intervenção é feita num local onde a família está presente com regularidade havendo uma aproximação à realidade da família e permitindo um acompanhamento mais completo e eficaz. A intervenção é também integrada, ou seja, envolve diferentes profissionais que trabalham juntos oferecendo um suporte completo à família.

- c) Valorização das competências parentais, em que a intervenção é feita de acordo com a necessidade de cada família com o objetivo de ajudar a família a assumir as suas responsabilidades e encontrar soluções para os seus problemas.
- d) Autonomia das famílias, que implica a sua responsabilização para que sejam capazes de resolver os seus problemas, permitindo o conhecimento das suas causas, dos fatores de risco e de proteção, utilizando os recursos disponíveis na comunicação.
- e) Participação e corresponsabilização das famílias – O processo de intervenção incentiva um papel ativo e dinâmico da família numa perspetiva de compromisso e de colaboração mútua, sendo a família vista como um parceiro importante na resolução dos seus problemas ao ter um papel ativo e dinâmico no processo de intervenção.
- f) Colaboração entre os profissionais, já que a intervenção com as famílias exige que os profissionais envolvidos, técnicos das várias áreas, trabalhem juntos havendo assim, uma colaboração que garante que a família recebe o apoio que necessita para resolver os seus problemas.
- g) Intervenção mínima para que a intervenção com as famílias seja feita pelos profissionais realmente necessários para avaliar e acompanhar a situação, evitando a sobreposição de atuações na vida das famílias e das crianças ou jovens.
- h) Privacidade porque a intervenção deve respeitar a intimidade e a reserva da vida privada da família e da criança ou jovem.
- i) Obrigatoriedade da informação já que a família e a criança ou jovem têm o direito de serem informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

Cumprindo estes princípios orientadores, é elaborado um plano de apoio à família, designado por plano integrado de apoio familiar (PIAF), definido em função da respetiva modalidade de intervenção, que deve respeitar as capacidades, potencialidades e expectativas das famílias e envolver, de forma contínua e articulada, os recursos comunitários necessários à sua execução. Este é elaborado no prazo de dois meses a partir da data de admissão da família e tem uma duração de um ano, podendo prolongar-se consoante as justificativas, e é avaliado semestralmente e revisto sempre que necessário (CAFAP, 2024).

A intervenção do CAFAP é composta por várias fases de atuação, sendo este método utilizado para que a intervenção seja o mais eficaz possível.

- a) Avaliação da situação familiar, com base na recolha ou atualização de informação e análise de fatores de proteção, de risco e dinâmicas familiares.

- b) Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF) pelos técnicos que constituem o CAFAP com a participação direta da família e da criança/jovem, através da avaliação da situação familiar.
- c) Desenvolvimento e acompanhamento do PIAF – processo dinâmico que engloba a monitorização e a avaliação da intervenção permitindo atualizar o diagnóstico da situação familiar, avaliar as relações entre família e a criança ou jovem, registar a evolução da situação familiar e alcançar os resultados face aos objetivos definidos no PIAF.
- d) Termo de intervenção;

Quando o PIAF termina, o CAFAP pode manter-se informado sobre a evolução e os percursos de vida da família, sempre que esta não se oponha (CAFAP, 2024).

3.2.3. Equipa-técnica, recursos materiais e financeiros

A intervenção do CAFAP é assegurada por uma equipa-técnica multidisciplinar organizada segundo as especificidades das modalidades de intervenção desenvolvidas pelo CAFAP, o que garante uma atuação integrada dos apoios a prestar às famílias. A equipa é constituída por um técnico de serviço social, um psicólogo e um educador social e têm um horário de trabalho, de sete horas por dia de segunda a sexta-feira (CAFAP, 2024).

A nível dos recursos materiais e financeiros, o CAFAP dispõe de três gabinetes, uma sala destinada ao Ponto de Encontro Familiar (PEF), material informático e de telecomunicações (computadores, telefones e telemóveis), material de escritório, um automóvel para as visitas domiciliárias, jogos didáticos e brinquedos (CAFAP, 2024).

3.2.4. Parcerias

O CAFAP coopera e articula com outras entidades e serviços da comunidade vocacionados para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias, designadamente nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da segurança social, do emprego e da formação profissional (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2013).

No âmbito do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, o CAFAP articula também com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e com as equipas multidisciplinares de Assessoria Técnica aos Tribunais (EMAT), procedendo à elaboração das informações e relatórios sociais necessários à avaliação da situação sociofamiliar e do desenvolvimento integral da criança ou do jovem (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2013).

3.2.5. Estatísticas processuais

Como já referido anteriormente, o CAFAP trabalha com duas modalidades de intervenção sendo elas o Ponto de Encontro Familiar e a Preservação Familiar. No âmbito destas duas valências, encontram-se atualmente ativos 80 processos, 50 de preservação familiar e 30 no Ponto de Encontro Familiar, envolvendo 80 famílias heteroparentais (mãe, pai e filho/os) e famílias monoparentais (pais solteiros, divorciados ou viúvos). O público-alvo da intervenção são as famílias com crianças e jovens (menores de 18 anos), nomeadamente famílias com existência de crises e conflitos, sendo que estes podem não ser só de carácter destrutivo, mas implicativos na adaptação e mudança, e podem até mesmo ser encarados como um momento de aprendizagem e de crescimento na mudança coparental. Ou seja, a intervenção pretende validar a qualificação familiar, através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias para a sua capacitação e autonomia bem como a melhoria do desempenho da função parental e a supervisão de convívios parentais (CAFAP, 2024).

A capacidade máxima de intervenção do CAFAP é de 80 famílias em simultâneo, situação atual, e quando um processo é arquivado dá imediatamente entrada a outro que esteja em lista de espera, mantendo-se assim por norma, até à presente data, sempre o mesmo número de processos. É preciso realçar mais uma vez, que os serviços prestados pelo CAFAP são dirigidos diretamente às famílias (progenitores ou cuidadores dos menores e/ou jovens), pelo que a equipa-técnica não trabalha diretamente com os menores.

O acompanhamento que a equipa disponibiliza é efetuado diariamente, através de chamadas telefónicas, atendimentos nas instalações ou visitas domiciliárias. Para cada família são agendados por mês dois atendimentos nas instalações do CAFAP e duas visitas domiciliárias, pese embora, para promover o seu acompanhamento e estar mais presente no apoio às famílias, disponibilize sempre os seus contactos para diariamente poder estar em comunicação com todas as famílias. Os atendimentos são feitos com ambos os progenitores ou cuidadores dos menores, ou em casos de separação/divórcio com cada progenitor em separado. Nas visitas domiciliárias, no caso de os progenitores estarem separados e houver guarda partilhada dos menores, a equipa-técnica fará visita a ambas as casas. Se a guarda não for partilhada, a equipa apenas verifica as condições do progenitor com que o menor reside.

As famílias acompanhadas pelo CAFAP têm muitas problemáticas em comum, sendo as mais prevalentes a negligência parental, as dificuldades nas competências económicas e financeiras, negligência nos cuidados prestados à criança (segurança, saúde e higiene) e os próprios cuidados de higiene e organização das residências, onde residem os menores. Especificamente apresentam-se de seguida as estatísticas processuais relativas a 2022, 2023 e

aos primeiros 5 meses de 2024. Após a análise do documento disponibilizado pela instituição sobre os dados gerais das famílias, tanto as que se encontram a serem acompanhadas como as que já cessaram o acompanhamento, obtiveram-se alguns dados para a análise estatística dos processos.

O CAFAP de Bragança atua apenas no distrito de Bragança tendo maior atuação nas cidades de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Isto proporciona uma caracterização demográfica estável, pois 90% dos casos encontram-se nos locais indicados.

As idades das famílias foram analisadas através da organização em seis intervalos de idades sendo eles: 16-18 anos, 19-24 anos, 25-34 anos, 35-44 anos, 45-54 anos, 55-64 anos e maiores de 65 anos. Também o período de acompanhamento das famílias foi discriminado de acordo com quatro intervalos de tempo: menos de seis meses, de seis meses a um ano, de um ano até dois anos e de três anos a quatro anos. Em 2022, o CAFAP interveio com 159 progenitores/cuidadores, sendo estes 78 casais, uma família monoparental e um casal de avós. Observou-se que o intervalo de idades mais prevalente é entre os 35 até 44 anos com cerca de 25 famílias, sendo o menos representativo o que corresponde às idades de mais de 65 anos com apenas dois indivíduos. O intervalo de idades entre os 16-18 anos não teve nenhum representante e as faixas etárias entre os 25-34 e os 45-54 apresentaram valores iguais de 19 famílias. O intervalo de idades entre os 19-24 anos apresenta cinco famílias e dez famílias têm entre 55 e 64 anos de idade. Em relação ao tempo de intervenção, 26 famílias foram acompanhadas por menos de seis meses, 22 famílias entre os seis meses e um ano, 18 famílias entre um a dois anos e por último 14 famílias acompanhadas entre três a quatro anos.

Em 2023, foram trabalhados 152 progenitores/cuidadores, dos quais 72 eram casais, seis eram progenitores isolados (na resposta ponto de encontro), duas eram progenitoras (família monoparental), e um eram um casal de avós. Os intervalos de idades médias dos progenitores mais prevalentes são os de 19-24 anos e de 25-34 anos com 29 famílias cada seguido dos intervalos de 35-44 anos com 20 famílias e de 16-18 com 5 famílias, o que somando ao intervalo de 19-24 anos, consubstancia um aumento significativo em relação a 2022. Por fim, os intervalos de 45-54 anos e de 55-64 anos apresentam um total de 3 famílias cada não havendo qualquer família com mais de 65 anos.

Relativamente ao período em que as famílias foram acompanhadas ou estão ainda a ser porque alguns processos transitaram para 2024, 14 famílias beneficiam de intervenção há menos de seis meses, 17 famílias de seis meses a um ano, 32 famílias de um a dois anos e 17 famílias de três a quatro anos.

Durante os primeiros cinco meses de 2024, o CAFAP interveio com 152 progenitores, 71 casais, uma família monoparental (progenitora), um casal de avós e sete progenitores (na resposta (ponto de encontro). A média de idades mais prevalente destas famílias (28) situa-se no intervalo de 25-34 anos, e a menos prevalente (1) encontra-se no intervalo de 55-64 anos. Semelhante a 2023, é observado um número significativo de famílias jovens distribuídas entre os 16-18 anos (5) e entre os 19-24 anos (20) e nenhuma família com idade média superior a 65 anos. Nos intervalos de 35-44 anos e 45-54 anos existem 15 e 11 famílias respetivamente.

Passamos agora à análise das variáveis sociodemográficas que caracterizam as crianças e/ou jovens sobre quem os processos referenciados ao CAFAP versam. Em relação a 2022, foram intervencionadas as famílias de 112 crianças, das quais 67 são rapazes e 45 são raparigas. Dos 67 rapazes, 39 dizem respeito a processos de preservação familiar e 28 de ponto de encontro. Das 45 raparigas, 27 dizem respeito a processos de preservação familiar e 18 de ponto de encontro. Em 2023, o número de crianças e/ou jovens diminuiu registando-se 101 das quais 58 eram rapazes, 37 incluídos em processos de preservação familiar e 21 no ponto de encontro e 43 eram raparigas, 25 incluídos em processos de preservação familiar e 18 de ponto de encontro. Mais recentemente, em 2024, estão a ser acompanhadas as famílias de 112 crianças e/ou jovens, 65 rapazes distribuídos pelos processos de preservação familiar (39) e de ponto de encontro (26) e 47 raparigas das quais 26 em processos de preservação familiar e 21 de ponto de encontro.

À data da entrada do processo no CAFAP, foi possível identificar as idades das crianças e/ou jovens. Os dados obtidos foram divididos por sexo, intervalo de idades (menos de 12 meses, 1-3 anos, 4-6 anos, 7-9 anos, 10-12 anos, 13-15 anos e 16-18 anos) e pelas duas valências do CAFAP – preservação familiar e ponto de encontro. Para apresentar a distribuição dos dados, foram elaboradas três tabelas correspondentes aos anos 2022, 2023 e 2024 (de Janeiro a Maio respetivamente).

| Idade no início do processo | Preservação | Ponto de encontro | Total |
|-----------------------------|-------------|-------------------|------------|
| <12 meses | 5 | 2 | 7 |
| 1-3 | 9 | 14 | 23 |
| 4-6 | 15 | 12 | 27 |
| 7-9 | 10 | 9 | 19 |
| 10-12 | 14 | 7 | 21 |
| 13-15 | 8 | 4 | 12 |
| 16-18 | 3 | 0 | 3 |
| Total | 64 | 48 | 112 |

Tabela 1. Idades das crianças e/ou jovem no ano de 2022

A próxima tabela alude para a distribuição de indivíduos em função do sexo do sexo que fizeram parte das famílias com quem o CAFAP trabalhou no ano devido.

| Sexo | Preservação | Ponto de encontro | Total |
|--------------|-------------|-------------------|------------|
| Masculino | 39 | 28 | 67 |
| Feminino | 27 | 18 | 45 |
| Total | 66 | 46 | 112 |

Tabela 2. Sexo das crianças e/ou jovem no ano de 2022

Ressalta em 2022 a predominância de crianças com idades compreendidas entre os 4-6 anos, ao invés dos jovens entre os 16-18 anos que apresenta o valor mais baixo. É também visível a diferença de valores entre os sexos masculinos e femininos, tanto comparativamente entre valências de trabalho como também à própria diferença entre os sexos. É de concluir que, o sexo Masculino encontra-se sempre em maior número, tanto na diferença entre valências como em comparação com o sexo Feminino.

Em 2023, diminuiu o número de crianças sinalizadas para o CAPAF, mantendo-se a maior prevalência no intervalo de idades entre os 4-6 anos, com 23 indivíduos.

Em relação ao sexo dos indivíduos, houve uma redução do número de crianças e/ou jovens do sexo Masculino, permanecendo na mesma com maior número de indivíduos.

| Idade no início do processo | Preservação | Ponto de encontro | Total |
|-----------------------------|-------------|-------------------|------------|
| < 12 meses | 6 | 2 | 8 |
| 1--3 | 6 | 8 | 14 |
| 4--6 | 13 | 10 | 23 |
| 7--9 | 10 | 7 | 17 |
| 10--12 | 12 | 6 | 18 |
| 13--15 | 14 | 4 | 18 |
| 16--18 | 2 | 1 | 3 |
| Total | 63 | 38 | 101 |

Tabela 3. Idades das crianças e/ou jovem no ano de 2023

| Sexo | Preservação | Ponto de encontro | Total |
|--------------|-------------|-------------------|------------|
| Masculino | 37 | 21 | 58 |
| Feminino | 25 | 18 | 43 |
| Total | 62 | 29 | 101 |

Tabela 4. Sexo das crianças e/ou jovem no ano de 2023

Desde janeiro até maio de 2024, registou-se um aumento do número total de crianças e/ou jovens, igualando o número existente em 2022 – 112. Como mostra a tabela, nos intervalos de 4-6 anos e de 7-9 anos, encontram-se 23 crianças. Por outro lado, no intervalo de 16-18 anos apenas se registam 4 jovens.

Relativamente aos sexos dos indivíduos, verifica-se que o valor total volta aos 112 indivíduos, tal como em 2022, juntamente com o aumento do número de crianças e/ou jovens em ambos os sexos relativamente ao de 2023.

Espera-se que, os valores ainda aumentem, visto que do ano 2024 foi apenas feito o estudo até ao mês de maio.

| Idade no início do processo | Preservação | Ponto de encontro | Total |
|-----------------------------|-------------|-------------------|------------|
| <12 meses | 6 | 1 | 7 |
| 1--3 | 10 | 9 | 19 |
| 4--6 | 13 | 10 | 23 |
| 7--9 | 13 | 10 | 23 |
| 10--12 | 12 | 10 | 22 |
| 13--15 | 8 | 6 | 14 |
| 16--18 | 2 | 2 | 4 |
| Total | 64 | 48 | 112 |

Tabela 5. Idades das crianças e/ou jovem no ano de 2024 até ao mês de maio.

| Sexo | Preservação | Ponto de encontro | Total |
|--------------|-------------|-------------------|------------|
| Masculino | 39 | 26 | 65 |
| Feminino | 26 | 21 | 47 |
| Total | 65 | 47 | 112 |

Tabela 6. Sexo das crianças e/ou jovem no ano de 2024 até ao mês de maio.

4. Projeto de intervenção socioeducativa

4.1. Levantamento de necessidades

Inicialmente, através da leitura de alguns documentos relativos ao CAFAP, o Regulamento Interno e a Portaria n.º 139/2013, foi apreendido o seu funcionamento, as modalidades e estratégias de intervenção e a organização da resposta social do CAFAP. E com o apoio da equipa técnica, a adaptação ao funcionamento do CAFAP de Bragança tornou-se ligeiro e compreensível.

Num primeiro momento do estágio, surgiu a oportunidade de ler alguns processos ativos e outros inativos com o objetivo de conhecer os instrumentos técnicos utilizados na intervenção bem como a burocracia por detrás de uma abertura, atualização e encerramento de um processo. Após este período de leitura e aprendizagem individual, iniciou-se o segundo momento do estágio caracterizado pela observação da equipa técnica nas suas intervenções e diligências. E foi neste contexto de observação que se avaliou a necessidade de desenvolver a temática da literacia financeira com as famílias acompanhadas no CAFAP. Isto porque a grande maioria destas famílias beneficiam de apoios pecuniários da Segurança Social que lhes proporcionaria um equilíbrio financeiro entre despesas e receitas. Não obstante, uma ineficaz gestão do dinheiro põe, muitas vezes, em risco a qualidade de vida da família. Por outro lado, o gasto excessivo dos recursos dentro das habitações destas famílias constituía uma parte significativa de despesas para além da pegada ambiental.

Assim, a partir desta avaliação de necessidades, foi desenhado o projeto de intervenção sobre a Literacia Financeira com os progenitores e/ou cuidadores, pois a intervenção em CAFAP é somente feita com os elementos adultos dos agregados familiares (CAFAP, 2024).

4.2. Pertinência do tema

O tema da literacia financeira é cada vez mais importante no quotidiano das pessoas, como já explanado no enquadramento teórico. Nas palavras de Mandell (2007), a literacia financeira promove competências nos indivíduos para avaliarem as questões económicas e tomarem decisões conscientes e informadas relativamente à seleção e utilização dos objetos financeiros com vista à concretização de objetivos a longo prazo e/ou criação de poupanças dando origem a uma adequada gestão financeira.

Nas famílias intervencionadas pelo CAFAP, foram identificadas, no âmbito dos PIAF, dificuldades significativas na gestão do orçamento familiar com consequências na satisfação das necessidades básicas e aquisição de bens essenciais, e por tal, demonstrou-se pertinente trabalhar com estas famílias com o intuito de dar a conhecer conceitos básicos e técnicas de regulação e gestão dos seus orçamentos familiar e individual.

4.3. Objetivos de intervenção

O projeto de intervenção “Literacia Financeira” teve como objetivo geral informar e capacitar os participantes para as questões financeiras básicas no sentido de promover uma melhor gestão dos seus orçamentos, priorizando despesas, elaborando orçamentos com base nos rendimentos e despesas, identificando estratégias de poupança de dinheiro e recursos, evitando desperdícios, e partilhando responsabilidades financeiras entre os elementos de agregado familiar, atingindo assim um orçamento financeiro familiar consistente e seguro.

O projeto foi dividido em seis sessões, à qual cada sessão tinha o seu objetivo geral e os objetivos específicos bem como materiais e conteúdos elaborados para o efeito, como é detalhado em anexo (ver anexos I e II).

4.4. Metodologia e técnicas de intervenção

A metodologia utilizada no projeto da Literacia Financeira foi a educação não formal. Em cada sessão foram planeados conteúdos, materiais, atividades e usada uma linguagem informal, em que os termos específicos relacionados com a temática de cada sessão, fossem interpretados e compreendidos pelos participantes.

Foi elaborado um PowerPoint (ver anexo III), ferramenta de apoio a cada sessão, e posteriormente impresso para ser entregue às famílias, uma vez que nos templates do PowerPoint foram colocados códigos Qr code, que serviam para os participantes acederem aos conteúdos e outras informações relacionadas bem como a vídeos explicativos no Youtube. No início de cada sessão era pedido aos participantes um resumo do que viram e ouviram no vídeo, estimulando a motivação para a busca de mais conhecimento acerca das temáticas exploradas nas sessões.

4.5. Participantes

Neste projeto de estágio, participaram duas famílias diferentes com características diferentes, desde logo uma era monoparental, constituída pela progenitoras e dois menores, e a outra família era heteroparental, constituída pelos dois progenitores e um menor. Não obstante, apenas foi possível trabalhar com a progenitora já que o progenitor nunca se mostrou disponível para participar nas ações.

Na família A (heteroparental), os motivos da sua sinalização faziam referência precisamente à falta de gestão do orçamento tanto pessoal como familiar, à falta de distribuição de tarefas domiciliárias entre os progenitores e à necessidade de um acompanhamento precoce da criança resultante das problemáticas clínicas. A modalidade interventiva desta família é de preservação familiar e passa por um acompanhamento diário, através de atendimentos presenciais e telefónicos, A idade da progenitora é 32 anos e a do menor 1 ano e meio, não sendo possível apurar a idade do progenitor uma vez que nunca compareceu para assinar o consentimento de divulgação de dados pessoais.

A sinalização da família B (monoparental) deve-se principalmente à ausência de cuidados de higiene dos menores. Já no âmbito da intervenção foi identificada a deficitária gestão do orçamento familiar. Tal como a família A, a modalidade de intervenção desta família é também de preservação familiar e é feita através do acompanhamento diário, seja ele via telefone, visitas domiciliárias e/ou atendimentos. A progenitora tem 47 anos, e os menores, ambos do sexo masculino, têm 7 e 16 anos.

O recrutamento destas duas famílias foi operacionalizado com a ajuda da equipa-técnica do CAFAP, que inicialmente abordou a sua disponibilidade em participarem num projeto do estagiário. Respondendo afirmativamente, foi marcada a sessão inicial de apresentação e explicação do projeto, nas instalações do CAFAP e em dias diferentes, já que as sessões seriam individuais e não em conjunto, e assinado o consentimento de proteção de dados das famílias. As sessões tiveram início na primeira semana de Março e terminaram na última semana de Maio. A duração do projeto prolongou-se no tempo mais do que estava inicialmente previsto, já que foram surgindo imprevistos por parte das famílias que inviabilizaram a dinamização das sessões nas datas calendarizadas, sendo necessário reagendar diversas vezes.

4.6. Cronograma

O cronograma a seguir apresentado foi cumprido na íntegra pela família A, sendo que para a família B, por constrangimentos relacionados com os horários, foi necessário remarcar algumas sessões o que levou a que a última decorresse apenas na primeira semana de Junho.

| | |
|---|--------------------------------|
| Sessão 1 – Apresentação | Entre os dias 4 a 15 de Março |
| Sessão 2 – Planeamento Financeiro | Entre os dias 18 a 29 de Março |
| Sessão 3 – No poupar é que está o ganho | Entre os dias 1 a 12 de Abril |
| Sessão 4 – Gastos em bens essenciais | Entre os dias 15 a 26 de Abril |
| Sessão 5 – Estratégias educativas para a comunicação | Entre os dias 22 a 3 de Maio |
| Sessão 6 – Estratégias de auto procura | Entre os dias 6 a 17 de Maio |

4.7. Avaliação pré-teste e pós-teste

Antes de iniciar a sessão 1, foi aplicado às famílias participantes um questionário (ver anexo V), com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento das famílias sobre a literacia financeira antes de participarem no projeto socioeducativo e dessa forma poder avaliar o impacto do projeto junto dos seus beneficiários por comparação entre o pré-teste e o pós-teste já que após a última sessão foi aplicado o mesmo questionário. Os resultados esperados com este projeto seriam a melhoria nos conhecimentos sobre os temas trabalhados ao longo das sessões de trabalho bem como a mudança de comportamento na organização e gestão do orçamento familiar. Apresentaremos de seguida os resultados obtidos da aplicação dos questionários pré e pós-teste.

Relativamente à família A, foi inicialmente verificado que não possuía qualquer conhecimento básico sobre hábitos financeiros, desconhecendo o que é um orçamento familiar. Assim “a maior preocupação é ter dinheiro para pagar a renda”. Por seu lado, a família B demonstrou ter alguns conhecimentos sobre as temáticas relacionadas a hábitos financeiros, apresentando como preocupação mensal o pagamento da renda e serviços como a luz, gás e água. Mesmo não sabendo explicar o conceito de orçamento, a família B referiu que “sabemos que quando recebemos o dinheiro, temos de pagar logo as contas e a renda”, “o que sobra é para as compras para casa e para o dia a dia”.

Nas questões sobre práticas de poupança (luz, água, gás), ambas as famílias descreveram algumas técnicas, tais como aproveitar a água da chuva para regar as plantas, reutilizar embalagens de plástico e vidro dos produtos alimentares, utilizar os óleos usados para fazer velas (família B), retirar fichas ligadas à tomada que não estão a ser usadas ou que

não são usadas frequentemente, fechar a torneira da água enquanto se faz a higiene corporal e bucal. Após uma visita domiciliária verificou-se que apenas a família B operacionalizava no seu quotidiano estas técnicas. Por este motivo, ao longo das sessões foram apresentadas e treinadas outras estratégias de reutilização de materiais como cartão, vidro, óleo, etc, com a finalidade de dar uma nova vida a objetos que ainda se encontram em bom estado de forma a poderem ser reaproveitados em benefício do agregado familiar. Para além da poupança financeira, a reutilização de materiais torna estas famílias *ecofriendly*, ou seja, mais conscientes e ativas nas questões ambientais e de alterações climáticas,

De seguida, foram feitas questões relativamente aos gastos mensais, às quais se obtiveram respostas diferenciadas. Na família A, os gastos mensais são de aproximadamente 660 euros incluindo a renda de casa, despesas de supermercado e faturas de luz, água, gás e comunicações. Sendo uma família heteroparental, as dificuldades de gestão do orçamento familiar em função dos rendimentos dos dois salários e das despesas em comum era a comunicação deficitária entre os progenitores o que conduzia a um desfalque financeiro de um dos progenitores que recebe menos, mas contribui mais nas despesas em relação ao outro que recebe mais, mas contribui menos nas despesas. Esta gestão desadequada do orçamento contribuiu para o surgimento de conflitos interparentais que põem causa o bem-estar emocional do filho de ambos.

A família B apresenta gastos mensais de 540 euros incluindo todas as despesas acima referidas. É de ressaltar que a família B é uma família monoparental com um agregado familiar é composto por duas crianças e/ou jovens e um dos progenitores.

Concluídas as seis sessões do projeto socioeducativo, foi aplicado o questionário pós-teste acompanhado de visitas domiciliárias às duas famílias. Verificaram-se alterações no comportamento da família A, já que, pese embora conhecessem as técnicas de gestão e poupança não as colocavam em prática, e reforçaram-se os recursos e comportamentos pré-existentes da família B. Especificamente, a família A conseguiu alterar alguns serviços usados na habitação dando origem a faturas de menor montante a pagar, o que gerou uma poupança de dinheiro que anteriormente não se verificava. Por outro lado, o consumo excessivo de produtos por parte de um dos progenitores diminuiu o que permitiu uma maior participação nas despesas da economia doméstica comum.

Após uma visita domiciliária à habitação da família B, verificou-se que, no que toca a hábitos de poupança, esta reforçou os seus comportamentos de reaproveitamento de materiais e recursos, estando mais sensibilizada após o projeto para as vantagens de criar uma poupança

financeira mensal que permita fazer face a despesas imprevistas, prevenindo dívidas e empréstimos.

4.8. Avaliação SWOT do projeto

A avaliação SWOT é uma ferramenta utilizada para identificar os pontos fortes, debilidades, oportunidades e ameaças de uma organização ou projeto, pelo pode ser usada igualmente para identificar mais valias e melhorias a fazer na replicação do projeto (Raeburn, 2024). O método de análise SWOT foi inicialmente concebido como um modelo de avaliação da posição de uma organização ou empresa face ao mercado. No contexto de ensino/aprendizagem e do desenvolvimento de competências, a análise SWOT é elaborada na perspetiva de focar a síntese dos cenários, sinalizando os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (Raeburn, 2024).

Família A

| | |
|--|--|
| <p><i>Forças</i></p> <p>Disponibilidade total</p> <p>Motivação de participar e adquirir mais conhecimentos</p> | <p><i>Fraquezas</i></p> <p>Dificuldades na comunicação e gestão de conflitos</p> <p>Dificuldades na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos</p> |
| <p><i>Oportunidades</i></p> <p>Melhoria do orçamento financeiro</p> <p>Divisão de encargos pelos dois progenitores</p> <p>Diminuição dos conflitos gerados pelas questões financeiras</p> <p>Criação de uma poupança</p> | <p><i>Ameaças</i></p> <p>Um do progenitor não compareceu presencialmente às sessões. Esteve apenas presente na visita domiciliária.</p> <p>Um dos progenitores não sabe ler nem escrever</p> <p>Falta de comunicação entre ambos os progenitores</p> |

Família B

| | |
|---|---|
| <p><i>Forças</i></p> <p>Boa capacidade de compreensão dos conceitos e temas apresentados.</p> <p>Maturidade e experiência relativamente aos temas trabalhados.</p> <p>Consciência ambiental</p> | <p><i>Fraquezas</i></p> <p>Gestão orçamental das despesas em função das receitas.</p> |
|---|---|

| | |
|--------------------------|---|
| <i>Oportunidades</i> | <i>Ameaças³</i> |
| Priorização de despesas. | Falta de comprometimento por parte do progenitor. |
| Criação de uma poupança. | Falta de cumprimento de horários por parte do progenitor. |

4.9 Contributos e limitações do projeto

Para além dos resultados alcançados com os beneficiários do projeto, apresentados no ponto anterior, e que permitiram transformar fatores de risco em fatores de proteção na lógica de intervenção na preservação familiar, conduzindo à atribuição do respetivo diploma (ver Anexo VI), o projeto socioeducativo de Literacia Financeira elaborado e implementado contribuiu igualmente para colmatar uma área de intervenção específica com as famílias acompanhadas pela equipa-técnica CAFAP. Sendo as questões económico-financeiras identificadas no PIAF como um fator de risco, é necessário que o CAFAP disponha de um instrumento de intervenção como este projeto para poder implementar e replicar com outras famílias que venham a ser sinalizadas. No entanto é essencial ultrapassar algumas das dificuldades sentidas na implementação do projeto tais como a incompatibilidade dos horários de trabalho e do horário do CAFAP, a menor motivação das famílias em integrar o projeto e a centralização do projeto em Bragança sendo que muitas famílias acompanhadas pelo CAFAP residem noutros locais do Distrito. Estas dificuldades estiveram na base da limitação identificada neste projeto que é o número reduzido de famílias que o integraram não permitindo atingir mais resultados na intervenção passíveis de análise e reflexão.

4.10. Outras atividades

Para além do projeto socioeducativo desenvolvido, foram desenvolvidas na área da Educação Social outras atividades nomeadamente o Dia Mundial da Família, em conjunto com outros elementos da equipa. Esta atividade dividiu-se em duas fases, sendo a primeira de quebra-gelo e a segunda de discussão e partilha (ver Anexo VII). Assim, a primeira atividade designada por “Árvore e novelo”, com o slogan “A família é uma árvore de amor que planta sementes todos os dias”, teve como objetivo, que cada participante respondesse a quatro perguntas relacionadas com a instituição CAFAP. Por exemplo, refira o que pensa do CAFAP, em duas palavras caracterize o CAFAP, etc. A cada resposta dada, um dos

dinamizadores registava o adjetivo que cada participante atribuía ao CAFAP num post-it que no final da atividade foi colocado numa árvore de madeira (objeto presente na instituição).

A segunda atividade foi introduzida através do jogo “Eu Nunca”, em que cada participante dispunha de uma placa que de um lado tinha a palavra “Não”, representada pela cor vermelha, e do outro a palavra “Sim”, representado pela cor verde. Na mesa, encontravam-se 15 cartões numerados e na face virada para baixo encontravam-se afirmações de carácter pessoal. Cada participante escolhia um número, e de seguida era lida a afirmação, e através da placa sim/não, os participantes mostraram a sua resposta. Por exemplo, “existe boa comunicação em casa?” Se a resposta fosse sim, o participante mostrava a placa com o lado SIM e se a resposta fosse não, o participante mostrava o lado NÃO.

No fim da atividade foi entregue a cada participante um copo com uma semente previamente plantada com uma bandeira pequena onde estava escrito “Quem ama cuida”, de forma a cada participante colocar em prática, nos cuidados a prestar à planta, todas as afirmações refletidas na atividade, numa metáfora à forma como se deve cuidar também da família.

Para além destas atividades, participei em algumas atividades realizadas por outra estagiária, dando suporte na elaboração dos materiais necessários e anotando algumas reações e palavras dos participantes ao longo das atividades. As atividades eram executadas através de um jogo de tabuleiro onde, cada participante da família, tinha um peão que percorria consoante o número que indicava o dado, após o seu lançamento. A cada casa de repouso, o participante tinha de levantar uma carta, ler em alto e fazer o que nela estava indicado.

5. O papel do Educador Social em contexto de CAFAP

5.1. Funções e competências enquanto gestor do processo

Como consta na Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, é essencial estar afeta ao CAFAP uma equipa multidisciplinar, com experiência nos domínios da capacitação e formação familiar, onde se inclui o Educador Social. Este assume um papel crucial na promoção do bem-estar e desenvolvimento das famílias já que as competências do Educador Social envolvem um conjunto de habilidades que visam a construção de relações de confiança, a promoção da autonomia e a procura de soluções perante os desafios (Mateus, 2012). O Educador Social detém um papel importante ligado aos indivíduos com quem interage, sendo este um elemento diferenciador na integração social positiva nos contextos em que vivem (Mateus, 2012).

O Educador Social tem a capacidade de avaliar e refletir acerca da realidade vivida por cada família, procurando encontrar estratégias que deem resposta a variados problemas de âmbito social. Tal como toda a equipa multidisciplinar, o Educador Social pode implementar metodologias e estratégias sistémicas e contínuas pois só assim poderá gerar mudanças significativas na situação psicossocial de cada família que conduziu ao seu encaminhamento para o CAFAP (Gomes, 2021).

O CAFAP é uma instituição de apoio social que dá resposta às questões da parentalidade e vulnerabilidade social das famílias, pelo que o Educador Social atua em diferentes domínios da intervenção desde a consciencialização e capacitação dos progenitores e da família, estabelecimento e fortalecimento de relações de confiança essenciais para o desenvolvimento das competências parentais, promoção da autonomia e responsabilidade na família com o objetivo de “(...) desenvolver competências e tornar pais/cuidadores mais conscientes (...)” sendo estes os próprios autores da mudança positiva, (Gomes, 2021, p.45).

5.1.1. Mediação socioeducativa

Madureira (2022) refere que “o educador social é um técnico de intervenção (...)”, (p.99), que colabora e coopera com uma equipa multidisciplinar exercendo a função de mediador socioeducativo em diversos contextos e ambientes educacionais e sociais. Como técnico mediador socioeducativo, desempenha um papel imparcial, confidencial e neutro, procurando o bem-estar de todos os indivíduos envolvidos no processo. Por outro lado, o

Educador Social pretende desenvolver uma intervenção no contexto e problemática de cada processo dando origem a uma resolução de conflitos de forma calma, justa e imparcial (Baptista, 2000 in Madureira, 2022).

Para Freire e Caetano (2011), a mediação é “uma atividade educativa e ética, na medida em que tem como objetivo proporcionar uma aprendizagem alternativa de práticas de gestão das relações humanas (...)”, (p. 597). A mediação é considerada assim uma educação, para a qual um mediador trabalha e oferece alternativas aos indivíduos com o fim de estabelecer princípios, conhecimentos e uma resolução dos conflitos existentes dando origem a um “(...) reforço do bem-estar social e da coesão dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral.” (Freire & Caetano, 2011, p.597).

A mediação é um processo confidencial no qual uma pessoa é imparcial, ou seja, o mediador, ajuda as partes envolvidas que se encontram em conflito a encontrar soluções mutuamente satisfatórias havendo sempre um compromisso de confidencialidade entre os participantes e o mediador (Dalla & Mazzola, 2019). Como mediador, o sujeito tem de ser imparcial com ambas as partes, ter uma escuta ativa procurando perceber os sentimentos, as necessidades e os interesses de cada um. O mediador tem de ajudar e clarificar as divergências e os interesses das duas partes. Este também dá alternativas para a resolução do conflito (Dalla & Mazzola, 2019).

5.2. Intervenção técnica enquanto gestor de um processo

A equipa CAFAP é composta por vários técnicos de diferentes formações académicas sendo que cada um deles é gestor de vários processos, consoante a valência da problemática familiar a ser trabalhada. Especificamente, um gestor de processo é o técnico principal que acompanha a família ao longo do período de intervenção. Numa abordagem inicial, é o técnico gestor que estabelece o primeiro contacto com a família, após o encaminhamento para o CAFAP, e os restantes intervenientes do processo (tribunal, escola, CPCJ, saúde, entre outras), com o intuito de obter a maior informação possível sobre a família e a problemática sinalizada, de forma a avaliar e diagnosticar as necessidades para intervir. Segundo o Departamento Nacional de Programas (2022) nesta avaliação diagnóstica inicial são seguidos três procedimentos: a “possibilidade de contacto com a entidade que solicitou a intervenção (...)”, “reunião com a família, com vista à preparação da intervenção e recolha de informação (...)” e o “estabelecimento e assinatura do Plano de Visitas e/ou Trocas” (p. 23). Consequentemente, é o técnico gestor do processo que elabora o relatório de atualização das

condições psicossociais, relacionais, profissionais, habitacionais, financeiras e de saúde em que se encontra a família. A partir deste momento, o gestor de um processo, em colaboração com os restantes elementos da equipa técnica, tem como objetivo restabelecer e/ou estabelecer o vínculo familiar entre os adultos responsáveis e as crianças e/ou jovens. Este vínculo proporciona à família uma responsabilidade, consenso, autonomia e garante condições para uma regularização superior dos interesses da criança e/ou jovem (DNP, 2022).

5.2.1. Abertura do processo

A abertura de um processo decorre do seu envio para o CAFAP pelo Tribunal através de um Despacho onde são delimitadas as áreas a trabalhar com a família e a respetiva valência, definindo desde logo se se trata de um processo de Ponto de Encontro Familiar (PEF) ou de Preservação Familiar (PF). No primeiro caso, é informado o CAFAP acerca de quem são os progenitores ou familiares que irão visitar a criança ou jovem e do tipo de visita a ser realizada - supervisionada ou supervisionada parcialmente, dentro ou fora das instalações do CAFAP. Se o processo for de Preservação Familiar, no Despacho é dado conhecimento das competências a serem trabalhadas com a família que guiará a intervenção: saúde, higiene, comportamentos desviantes, formação na parentalidade positiva, etc.

Após o recebimento do Despacho, são impressos os documentos relacionados com o processo e colocados num processo individual. Durante o período de estágio, foi realizada a abertura de dois processos de preservação familiar: um respeitante a uma família heteroparental com um menor, sendo o objetivo de intervenção promover as competências parentais em particular a melhoria das condições de higiene habitacional, as responsabilidades educativas do menor e a gestão financeira. O outro processo referente a uma família cujos progenitores com um filho menor em comum se encontravam separados, o objetivo de promover em ambos competências parentais, dando mais enfoque à promoção de cuidados básicos e de segurança da criança.

5.2.2. Atendimento

A intervenção centrada na família como sistema privilegia a proximidade e o carácter integrado e regular da própria intervenção. Pode ser realizada em contexto domiciliário e comunitário ou outro, através de projetos ou programas estruturados, de cariz pedagógico e psicossocial, em função da avaliação da estrutura e dinâmica familiar e da situação de risco psicossocial de cada família realizada através de atendimentos (CAFAP, 2024).

O atendimento assenta na comunicação interativa entre o gestor do processo e a família, acerca do desenvolvimento das problemáticas que estão a ser trabalhadas e a atualização das melhorias ou agravamentos. No âmbito do atendimento, são também fornecidas técnicas e recursos para que os utentes possam superar as dificuldades e os problemas relacionados com a causa da intervenção (CAFAP, 2024). Esta atividade pode ser feita nas instalações do CAFAP e/ou em contexto domiciliário. É também facilitado o atendimento por videochamada e contacto telefónico sempre que necessário.

No primeiro atendimento, a família desloca-se às instalações do CAFAP, para concretizar a primeira recolha e partilha de informação, comunicando aos intervenientes o que se perspectiva acontecer durante o período da intervenção.

Ao longo do estágio, foram observados três atendimentos iniciais de processos novos, dois atendimentos subsequentes de processos em curso e alguns atendimentos por contacto telefónico e/ou videochamada. Não foi possível participar em mais atendimentos uma vez que as famílias não consentiram a presença do estagiário.

Como técnico gestor de um projeto, foram efetuados dez atendimentos intervencionais com duas famílias: uma heteroparental com uma menor e outra monoparental com dois menores. Estes atendimentos foram efetuados com a finalidade de executar o projeto de estágio, uma vez que os atendimentos são um método de trabalho entre o técnico e a família, e como tal foi optado por este método para pôr em prática o projeto.

Antes de pôr em prática este método de trabalho, foi possível assistir a dois atendimentos entre uma técnica CAFAP e a família. Um dos atendimentos teve como objetivo conhecer os progenitores, e explicar os métodos de trabalho e qual a finalidade da instituição CAFAP para com a família. O outro atendimento, foi realizado com o objetivo de trabalhar a os progenitores para o tema da educação e o discurso assertivo e o saber elogiar a criança e/ou jovem. O protocolo usado nestes atendimentos é simples, é agendado um dia e hora que mais favoreça tanto a equipa CAFAP como os elementos do processo, para porem em prática as sessões de trabalho ao longo do acompanhamento do CAFAP.

Os temas de trabalho destas sessões, relacionam-se com as problemáticas existentes na família em questão, estas são indicadas no Despacho do Tribunal e após a primeira sessão com a família, é elaborado um Plano Integrado de Apoio Familiar onde o técnico irá avaliar a situação psicossocial da família e pôr em prática a formação parental necessária.

5.2.3. Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF)

O PIAF é um plano elaborado pela equipa técnica do CAFAP que serve para avaliar a situação psicossocial da família e contempla ações que visam a formação parental e/ou apoio psicopedagógico e social. Ou seja, após o Despacho do Tribunal a dar conhecimento da problemática familiar e do primeiro atendimento com a família já no CAFAP, é elaborado o PIAF em função da modalidade de intervenção, devendo este respeitar as capacidades, potencialidades e expectativas das famílias e envolver os recursos comunitários necessários à sua execução.

A elaboração do PIAF conta com uma planificação em função de vários parâmetros tais como a identificação e residência da família, o diagnóstico da situação atual da família, os fatores de risco e fatores de proteção, as fragilidades e potencialidades familiares, os objetivos a atingir pela família, as atividades a desenvolver, os recursos a utilizar e apoios necessários, os tempos para a intervenção, a avaliação do processo e a identificação do técnico CAFAP responsável pela intervenção.

Para a concretização de um PIAF, parte-se de um primeiro atendimento à família, onde são identificados e avaliados todos os fatores da problemática. Só após a assinatura do contrato de intervenção e do consentimento de proteção de dados é que a intervenção pode ter início. O contrato de intervenção é um documento assinado por ambas as partes, o técnico gestor de processo e a família, com o propósito de tornar a intervenção legal e consentida, uma vez que o CAFAP é uma instituição que presta serviços, de apoio psicopedagógico e social, sendo necessário a execução de um contrato.

O PIAF é elaborado no prazo de dois meses a contar da data de admissão da família e tem a duração de um ano, podendo ser prolongado quando e se necessário. O PIAF é avaliado semestralmente e revisto sempre que necessário em função das melhorias ou agravamento das problemáticas que levaram à intervenção da equipa do CAFAP. A avaliação da execução do PIAF advém do acompanhamento regular das famílias através de visitas domiciliárias, contactos telefónicos, atendimentos e formação parental, sempre alvo de registo o que beneficia a avaliação da evolução da família em relação à problemática identificada.

O PIAF pode ser revisto a qualquer momento, sendo esta ação motivada pelo facto de a equipa ao longo da sua intervenção identificar mais problemáticas para além daquelas mencionados no despacho do Tribunal ou até concluir que a metodologia de intervenção não está a conduzir a resultados positivos e ser necessário alterá-la.

Como técnico gestor de processo, foram elaborados três PIAF's, respeitantes a três processos diferentes: dois processos foram sinalizados por défices de competências parentais

nas questões de higiene e saúde, bem-estar da criança e divisão de tarefas entre os progenitores; o outro processo referia-se à conflitualidade parental, após a separação, que afetava o bem-estar da criança.

O PIAF é constituído por duas partes. Na primeira, de caracterização sociodemográfica, são colocados os dados pessoais dos elementos familiares a serem trabalhados, tais como, nome, idade, cartão de cidadão, número de segurança social, número de utente de saúde, morada, contactos, modalidade de intervenção, número de processo judicial ou CPCJ, médico de família da criança e/ou jovem e o nome do técnico. A segunda parte do PIAF é composta por duas tabelas, a primeira é uma adaptação da análise SWOT da família, onde o técnico gestor do processo tem de indicar as potencialidades, fragilidades, fatores de proteção e fatores de risco da família. A segunda tabela indica as necessidades de desenvolvimento da criança e as competências parentais a serem trabalhadas. Nesta tabela, o técnico gestor do processo deve preencher os objetivos específicos (mudança), metodologia/recursos (visitas domiciliárias, intervenção por atendimentos, acompanhamento via online), a data de início e conclusão da ação e os resultados obtidos,

O período de implementação do PIAF é de um ano e pode ser alargado se o Tribunal considerar que ainda é preciso continuar a intervenção do CAFAP.

5.2.4. Registo de Ocorrência

Um registo de ocorrência é um documento oficial da instituição elaborado após a concretização de uma atividade ou diligência como as visitas domiciliárias, contactos telefónicos, atendimentos, visita no âmbito do ponto de encontro familiar, etc., pelo que tudo o que o técnico faz e presencia no âmbito de um processo é registado.

Nas visitas domiciliárias é registado tudo o que foi observado e dialogado entre a família e a equipa técnica, pelo que ao longo do tempo estes registos atualizam o processo e constituem as evidências necessárias para a avaliação da evolução do agregado familiar na problemática em intervenção. Nos contactos telefónicos, são registados os temas e informações abordadas por todos os intervenientes. Nos pontos de encontro, quando são supervisionados, regista-se o que o técnico observa no que concerne às reações do progenitor e da criança ou jovem, os brinquedos que são utilizados, se existe comunicação e o que é conversado, se o/a progenitor/a satisfaz as necessidades da criança ou jovem, etc. Nos pontos de encontro supervisionados parcialmente, são registadas todas as reações e conversas da criança ou jovem quando chega às instalações do CAFAP antes e após a visita bem como do visitante. Por exemplo, é registado se a criança ou jovem quando vê o visitante o

cumprimenta, demonstra afeto, se o visitante tem comunicação verbal e não verbal com a criança ou jovem, etc. À chegada da criança ou jovem, é registado o seu estado emocional e quais as suas reações após o convívio, etc. Estes registos de ocorrências servem de base à elaboração de relatórios de informação a pedido do Tribunal sobre o estado atual do processo e a sua evolução.

Como técnico estagiário do CAFAP, foram elaborados em média dois registos diários ao longo de 83 dias, dando um total de 171 registos de ocorrências. O maior número de registos pertence aos contactos telefónicos e visitas domiciliárias em comparação aos registos de ponto de encontro e atendimento.

Todos os registos das visitas domiciliárias foram escritos à chegada da instituição após a visita. Quando se trata de um contacto telefónico ou videochamada, o registo é feito simultaneamente. No caso dos atendimentos e pontos de encontro, são retiradas algumas notas e o registo de ocorrência é organizado após a sessão terminar.

5.2.5. Arquivamento de registo de ocorrência e outros documentos

Após a elaboração de um registo de ocorrência pela equipa técnica, este é encaminhado para a coordenadora tomar conhecimento e assinar e posteriormente o devolver ao técnico para o arquivar na capa do processo.

Cada processo tem a sua capa, identificada com o nome da criança ou jovem, data de nascimento e Número de Identificação de Segurança Social. O interior é dividido em duas partes: uma capa de plástico onde são colocados os documentos vindos das instituições legais, tais como Tribunal, CPCJ, escolas, etc, e por cima dessa capa são colocados todos os registos de ocorrência elaborados e documentos relacionados com a instituição.

Ao longo do período de estágio, foram arquivados diariamente diversos documentos de todos os processos.

5.2.6. Visita Domiciliária

As visitas domiciliárias são uma das diligências que a equipa-técnica do CAFAP desenvolve quando intervém em processos de Preservação Familiar (PF). No âmbito das visitas são observados o estado e as condições da residência da família e fornecidas orientações para a melhoria dos aspetos menos positivos como a organização da roupa e dos armários, a higienização do espaço e da roupa, higiene pessoal, arrumação dos diversos espaços, etc. Antes de ser elaborado o plano de intervenção a desenvolver com a família, é

realizada uma visita domiciliária para que se avaliem as reais condições habitacionais onde a criança e/ou jovem reside, diagnosticando necessidades e dificuldades.

Existem dois tipos de visita domiciliária: as visitas com prévio aviso e as visitas sem prévio aviso. Verifica-se que nas visitas com prévio aviso normalmente as famílias tentam cumprir com as orientações dadas em visitas anteriores. Já nas visitas sem prévio aviso há alguns casos em que se verifica uma regressão nas questões problemáticas existentes. Não obstante, na maioria das famílias existe uma evolução positiva e mudanças significativas na sua qualidade de vida, extinguindo o motivo pelo qual foram sinalizadas, o que conduz ao arquivamento do processo.

Ao longo do estágio foram realizadas 50 visitas domiciliárias na cidade e Distrito de Bragança sendo na sua maioria com prévio aviso (40) e dez sem aviso prévio.

5.2.7. Ponto de Encontro Familiar (PEF)

Esta área de intervenção caracteriza-se pela supervisão das visitas dos progenitores à criança ou jovem pela equipa técnica do CAFAP. As visitas supervisionadas são realizadas na presença permanente de técnicos que visam restabelecer os contactos com o/a progenitor/a em condições adequadas ao bem-estar das crianças ou jovens, enquanto as visitas parcialmente supervisionadas são realizadas, dentro ou fora das instalações do CAFAP, apenas com o início e o fim da visita na presença de um/a técnico/a, permitindo a autonomização das famílias. Especificamente, o/a técnico/a recebe a criança ou jovem, entrega ao familiar que vem visitá-lo e no fim volta a receber a criança ou jovem e entrega ao familiar responsável pela guarda.

Na modalidade de visita supervisionada, não foi possível estar presente em nenhuma visita, pois os intervenientes não consentiram a presença do estagiário. Já nas visitas parcialmente supervisionadas, foi possível estar presente em dez momentos, sempre com a mesma criança e progenitor. Neste caso, o progenitor deslocava-se às instalações do CAFAP, aguardava que a criança chegasse e depois saiam juntos durante uma hora e meia. Após esse período, o progenitor retornava com a criança às instalações CAFAP e aguardava que a mesma fosse embora com algum familiar materno.

5.2.8. Arquivamento de um processo

O arquivamento de um processo ocorre após o CAFAP acompanhar as famílias durante o período estipulado pelo Tribunal, pese embora estas continuem a ser acompanhadas por

mais meio ano após o arquivamento formal, apenas para monitorizar a situação e as melhorias adquiridas ao longo da intervenção e que conduziram ao encerramento do processo.

Quando o processo é arquivado são retirados os dados referentes à família do portal da Segurança Social Direta, juntamente com o arquivamento do dossiê físico num armário próprio, fechado, com acesso restrito.

Como técnico gestor de um processo, foi executado o arquivamento físico de dois processos tendo igualmente observado o seu arquivamento digital.

Considerações Finais

Após o término do estágio curricular, importa refletir sobre o caminho percorrido na intervenção e prática profissional cujo acompanhamento de famílias multidesafiadas com crianças e/ou jovens em situação de perigo foi o principal objeto de trabalho ao longo das horas de estágio. As reflexões que serão apresentadas, devem-se não só ao acompanhamento destas famílias e às atividades realizadas, mas também à importância do trabalho do Educador Social no contexto do CAFAP bem como à ética e deontologia no exercício das suas funções, já que o trabalho realizado requer uma relação entre seres humanos, as famílias e o técnico gestor que as acompanha.

A decisão de realizar um estágio curricular para finalizar a minha jornada académica como educador social, teve como principal fundamento o de experienciar um contexto real de trabalho aplicando todos os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e simultaneamente enriquecer esses mesmos conhecimentos através do contacto diário com profissionais e utentes. O local escolhido foi o CAFAP, tendo o estágio iniciado no dia 8 de janeiro de 2024 e terminado no dia 28 de julho de 2024. No momento da integração e durante toda a fase inicial de estágio, a equipa técnica do CAFAP, em geral e a orientadora em particular, acolheram-me e apoiaram-me o que teve um impacto muito positivo no meu desenvolvimento profissional. O acompanhamento e suporte foram constantes, tal como a partilha de ideias, conhecimentos e competências que foram cruciais nas minhas aprendizagens do saber ser e saber fazer enquanto técnico educador social bem como na implementação do projeto socioeducativo. Como técnico de Educação Social estagiário, inicialmente senti-me um pouco ansioso e expectante, no entanto, com o incentivo e a autonomia que a equipa-técnica me deu fui capaz de colocar em prática os conhecimentos e aprendizagens adquiridas, ganhar autoconfiança e segurança nas funções e tarefas atribuídas. Também a relação entre técnico e utentes foi inicialmente um desafio porque muitas famílias ficavam receosas com a presença de um estagiário, alguém desconhecido e estranho e não permitiam o acompanhamento do mesmo com a equipa do CAFAP. Foi necessário esperar algum tempo até se familiarizarem com a sua presença e criar uma relação de empatia e confiança de forma a autorizarem a sua participação nos atendimentos e visitas domiciliárias. Por outro lado, com algumas famílias mais ansiosas em busca de uma relação de proximidade e legitimação foi necessário definir desde o início os limites da intervenção e do papel do estagiário.

Ao longo no estágio em CAFAP, tive a oportunidade de aplicar a teoria à prática profissional e desenvolver um pensamento crítico e aprofundado sobre a realidade social deste contexto de trabalho e do público-alvo com quem intervém bem como as características e necessidades das famílias multidesafiadas com quem trabalhei. O facto de poder acompanhar e participar no trabalho que o CAFAP desempenha, contribuiu significativamente para o meu crescimento profissional e um acréscimo experiencial do exercício profissional, permitindo-me aprimorar competências nomeadamente a escuta ativa, a mediação de conflitos e a construção de relações de confiança. Para a instituição, o meu desempenho ao longo do estágio trouxe novas ideias de práticas e atividades, nomeadamente a implementação de um projeto socioeducativo que poderá ser replicado com outras famílias em acompanhamento além de ser mais um recurso humano na equipa para a execução de diligências e acompanhamentos.

Nesta experiência de aprendizagem teórico-prática, foi igualmente importante a tomada de consciência da ética e a deontologia enquanto princípios fundamentais que regulam o exercício profissional enquanto Educador Social. A ética refere-se a um conjunto de princípios que direcionam o comportamento humano e ajudam a identificar o que é certo e o que é errado, garantindo que as ações do técnico sejam justas, imparciais e respeitosas aos direitos humanos (Ferreira & Azevedo, 2011). Já a deontologia define as normas e regras específicas que devem ser seguidas pelos profissionais, garantindo assim, um papel crucial na autorregulação das práticas e uma qualidade e proteção dos serviços prestados (Ferreira & Azevedo, 2011).

Baptista (2012) refere que a ética no contexto da Educação Social implica saber o que é o correto ou o justo envolvendo princípios que organizam as ações dos educadores sociais, sendo que, para tal, deve ser entendida em torno de três princípios; a teleológico, deontológico e prudencial. A dimensão teleológica da ética assegura “a articulação racional do bem e de modo que cada um seja capaz de orientar a sua vida em função de metas audaciosas e bem definidas” (Baptista, 2012, p. 40). Esta dimensão tem como objetivo promover uma sociedade justa, capaz de saber distinguir o bem e o mal e tomar adequadas na sua vida. A ética deontológica sustenta as obrigações e os deveres que os educadores sociais devem realizar no seu trabalho, assegurando uma responsabilidade no relacionamento profissional e nos cuidados prestados aos indivíduos que se encontram em situações vulneráveis pelo que “corresponde ao plano de efetivação da ética, com as suas normas, obrigações e deveres” (Batista, 2012, p.40). Finalmente, a dimensão prudencial abrange a

capacidade que o educador social tem para tomar decisões e fazer escolhas sensatas e prudentes em determinados contextos e realidades nas intervenções em cada caso de trabalho.

Acrescenta Baptista (2012) que a deontologia é um conjunto de normas e obrigações que asseguram a prática profissional dos educadores sociais sendo estas fundamentadas num processo contínuo de reflexão crítica. Por seu lado, a ética está ligada à relação interpessoal que procura estabelecer vínculos de confiança e respeito, “é esse o sentido de excelência que, (...), subjaz à ética socioeducacional e configura os deveres de profissionalidade dos educadores sociais” (Baptista, 2012, p. 48).

Ao longo do estágio, ficou clara a importância de agir com ética e deontologia em todas as ações, procurando sempre o bem-estar das pessoas beneficiárias da intervenção através de princípios como a confidencialidade, a imparcialidade, o respeito, a empatia e a escuta ativa que promovem a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade na resposta às necessidades das famílias que se encontram em estado vulnerável.

De salientar ainda, também as famílias com quem trabalhei tiveram um impacto significativo em mim, pois conheci duas realidades de vida distintas tanto uma da outra como ambas para com a minha. A família A apresentou uma dinâmica particular que merece atenção. A ausência constante do progenitor nas sessões constituiu um fator negativo para o impacto do projeto, pois, apesar da progenitora estar sempre presente e demonstrar interesse na participação e nas aprendizagens que eram propostas nas sessões, tornou-se evidente para a replicação das aquisições no contexto domiciliar da família e da falta do outro elemento familiar, já que o projeto foi criado com o objetivo de instruir todos os elementos do agregado a alterarem e melhorarem os seus comportamentos financeiros. Mesmo assim, o comportamento e interesse por parte da progenitora sugere uma procura por mudanças e um desejo de fortalecer os seus conhecimentos e melhorar a sua qualidade de vida. Um outro aspeto relevante identificado nas sessões foi a ausência de conhecimentos básicos sobre cada tema apresentado nas sessões e essa carência estava na origem de alguns conflitos e tensões no seio familiar pondo em risco a qualidade de vida de todos os membros da família. No entanto, apesar dos pontos negativos, é de realçar o comprometimento por parte da progenitora em participar nas sessões, a assiduidade e a pontualidade da presença, a comunicação entre o técnico e o utente foi sempre de confiança e partilha, o que facilitou na compreensão das temáticas e estratégias fornecidas pelo técnico.

A família B demonstrou ter um conhecimento relativo em relação aos temas abordados nas sessões, e ficou evidente com o projeto o reforço dos conceitos e estratégias de implementação da gestão financeira. No entanto, a falta de comprometimento por parte da

progenitora desta família adiou a operacionalização destes ganhos e do próprio projeto. Embora este ponto negativo, as sessões foram todas concluídas e a comunicação entre as partes foi sempre assertiva, no que toca ao desenvolvimento dos conteúdos apresentados e trabalhos nas sessões.

Como primeira experiência em contexto de trabalho e integrado na equipa-técnica do CAFAP, senti-me acolhido e sempre valorizado quer nas minhas opiniões, reflexões e até nas ideias para a dinamização de atividades. Como Educador Social, em contexto CAFAP, ficou a certeza de que é essencial a existência de uma equipa multidisciplinar como é referido na Portaria nº 139/2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Esta equipa trabalha num único sentido e com objetivos iguais, podendo assim atuar sobre a capacitação das famílias contra as problemáticas existentes, como um todo e uma ajuda mútua.

Se continuasse a desempenhar funções como Educador Social no CAFAP, proporia a melhoria de alguns aspetos nomeadamente o aumento de recursos materiais e humanos tendo em conta a extensa área territorial de intervenção. O CAFAP trabalha com famílias em todo o Distrito de Bragança, e por tal, algumas delas acabam por não ter um acompanhamento tão contínuo uma vez que não há recursos disponíveis. Apesar de tudo isto, são notórios o esforço e a vontade de trabalhar desta equipa bem como a motivação em ajudar a melhorar a qualidade de vida destas famílias multidesafiadas. Tal como afirma Gomes (2021, p.71):

Embora a intervenção do CAFAP com estas famílias, em particular, seja por imposição judicial, consideramos ter estabelecido uma relação de confiança e proximidade com as famílias, deixando-as mais à vontade e com maior abertura para se expressarem, vendo assim o CAFAP não como uma obrigação, mas como uma resposta social em que podem confiar.

Em conclusão, é importante destacar o papel do Educador Social numa resposta social como o CAFAP, que visa prevenir situações de risco e perigo ao estimular uma parentalidade positiva. O Educador Social é crucial na avaliação das dinâmicas de risco e proteção das famílias, além de promover habilidades pessoais, sociais, emocionais e parentais. O trabalho realizado com cada família, de forma personalizada e respeitando a sua individualidade e identidade, é essencial para a construção de uma sociedade composta por pessoas mais preparadas em diversas áreas da vida.

O Educador Social tem a missão de trabalhar com pessoas e/ou grupos mais desfavorecidos, numa relação de proximidade, e por tal foi validada a importância que este

técnico pode ter em contexto de CAFAP e no acompanhamento destas famílias desfavorecidas, “(...) os Educadores Sociais atuam em favor da capacitação subjetiva e cívica de todas as pessoas e ao longo de toda a sua vida (...)” (Batista, 2012, p. 42), especificamente indivíduos que estejam em situações vulneráveis. No que toca à relação com as famílias, é essencial a ética e a deontologia, e para tal, o Educador Social tem de ser uma pessoa imparcial, empático, respeitador e motivador para que os utentes colaborem na intervenção. O Educador Social tem de ser capaz de trabalhar com os utentes sem se deixar influenciar por emoções ou sentimentos particulares. Um bom profissional tem de ajudar, ajuda essa que não passa por solucionar os problemas pelo outro, mas sim dar ferramentas para que o outro consiga alcançar o seu objetivo sozinho, ou seja, “(...) na qualidade de educadores, assumimos a responsabilidade de orientar outros na construção dos seus caminhos” (Batista, 2012).

Bibliografia

Amaral, P. (2013). Documento de trabalho nº1/13 avaliação do impacto: breve introdução. *Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.* https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho8_2013.pdf

Australian Securities and Investments Commission. (2014). National financial literacy strategy 2014-17. *National Financial Literacy Strategy*.
<https://files.moneySMART.gov.au/media/5xgixpt2/rep403-national-financial-literacy-strategy-2014.pdf>

Baptista, I. (2012). Ética e Educação Social Interpelações de contemporaneidade. pp. 37-49. Universidades Católica Portuguesa- Porto.

Campos, S. (2017). Contributos para a (D)Literacia Financeira: A Importância da Formação para Jovens na Cidade do Porto. [Dissertação de Mestrado] Faculdade de Economia do Porto.
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108254>

Carvalho, A. D e Baptista, I. (2004). Educação Social – Fundamentos e estratégias. Porto: Porto Editora.

Coelho, D. (2020). Literacia financeira e a sua influência no consumo das famílias: estudo para países da união europeia no século XXI [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.

Dalla, H; Mazzola, M. (2019). O papel do mediador e a relevância de suas funções na política pública de resolução adequada de conflitos. *Centro de investigação de Direito Privado*, nº 5, 777-801. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/5/2019_05_0777_0801.pdf

Dias, A., Oliveira, A., Pereira, C., Abreu, M., Alves, P., Basto, A., Silva, R., Narciso, S. (2013). *Referencial de Educação Financeira*. Todos contam.
referencial_de_educacao_financeira_final_versao_port.pdf

Dias, P. (2022). Literacia, resiliência e bem-estar financeiro nos estudantes do ensino superior [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto.

Direção Nacional de Programas, Aldeias de Crianças SOS Portugal, (2022). Essencial do Ponto de Encontro Familiar. <https://www.aldeias-sos.org/getmedia/07feed0-f3b4-4e11-b9f3-ff986486677b/Essencial-Ponto-de-Encontro-Familiar-Departamento-Nacional-de-Programas-Aldeias-de-Criancas-SOS.pdf>

Freire, I., & Caetano, A. P. (2011). Mediação Socioeducativa – saberes contextuais para lidar com o inesperado. XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 597-602. Instituto Politécnico da Guarda

Gomes, A. (2021). Crianças, jovens e famílias em situação de risco psicossocial. Intervenção do educador social num cafac. [Relatório de Estágio de Mestrado]. Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96468>

Gomes, A. (2021). Crianças, Jovens e Famílias em Situação de Risco Psicossocial - Intervenção do Educador Social num CAFAP. [Dissertação de Mestrado] Universidade de Coimbra.

Madureira, C. (2022). Mediar para (trans)formar: Desafios e experiências de mediação em contexto escolar. *Aprender*, 44, 95-107. <https://doi.org/10.58041/aprender.170>

Mandell, L. (2008). *Financial Literacy of High School Students*. Xiao, J.J. (eds) Handbook of Consumer Finance Research. https://doi.org/10.1007/978-0-387-75734-6_10

Mandell, L; Klein, L. (2007). Motivation on financial literacy. *Financial Services Review*, pp. 105-116. <https://takecharge.today.arizona.edu/system/files/Mandell%20and%20Schmid%20Klein%20FSR%202007.pdf>

Marques, A. (2019). Intervenção com famílias no sistema de promoção e proteção: estudo de caso da associação caminhar no âmbito da preservação familiar. [Dissertação de Mestrado] Instituto Politécnico de Santarém.

Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Eduser: revista de educação*. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/7726>

Neves, C. (2021). Impacto da literacia financeira na poupança das famílias [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.

- Paredes, F. (2015). Saber viver em tempos de crise: um contributo para a literacia financeira [Trabalho de projecto de Mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa.
- Portaria nº 139/2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (2013). Diário da República: 1º série, nº 64.
- Remund, D. (2010). Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. [Artigo científico]. University of Nebraska.
<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1126&context=journalismfacpub>
- Rolim, V. (2014). Os projectos de literacia financeira como prática de responsabilidade social corporativa [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Comunicação Social.
- Soares, A. (2023). Intervenção socioeducativa numa resposta CAFAP: do desenvolvimento de competências parentais à implementação do programa “viagem pelo ser: grupo de ajuda mutua”. [Relatório de estágio de Mestrado]. Universidade de Coimbra.
- Tavares, F., Almeida, L. (2021). A literacia financeira: uma revisão da literatura. *Percursos & Ideias*, 11, 73-88.
- Tavares, F., Almeida, L., Soares, V. (2022). Literacia Financeira: Um estudo para Portugal. *Potuguese Journal Of Finance, Management and Accountig.* 8(15), 78-98.
<file:///C:/Users/Banco%20Equipamentos/Downloads/660-3402-2-PB.pdf>
- Vieira, A. M., & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural (Trans)formações*. Profedições, Lda / Jornal a Página da Educação.

ANEXOS

Anexos I - Atividades do projeto “Capacitar para Poupar”

| Sessão 1 - Apresentação | |
|--------------------------------|--|
| Data/Hora | |
| Local | Instalações CAFAP |
| Duração: | Entre 30 a 40 Minutos |
| Objetivos Gerais | Explicar o projeto às famílias participantes |
| Objetivos Específicos | Quebra-gelo; Conhecer e interagir com as famílias; Avaliar o ponto de situação financeira da família: rendimentos vs. gastos mensais (despesas fixas). Explicar os conteúdos a desenvolver e o cronograma das sessões; Assinar o documento de proteção de dados e confidencialidade; Elaboração de um pré-teste sobre a temática a trabalhar (anónimo); |
| Recursos Humanos | Equipa Técnica |
| Recursos Materiais | Plano de atividades/sessões; Folhas/caderno e caneta; |
| Procedimentos | A primeira parte da reunião com a família, será um momento de conversa e de conhecimento pessoal de ambas as partes. Num segundo momento, existirá uma explanação sobre os conteúdos a desenvolver ao longo do projeto e quais as temáticas a serem tratadas em cada sessão. A família preencherá um pré-teste. Na última parte, será pedido à família alguns documentos necessários para proceder às restantes sessões e será assinado o documento de proteção de dados e confidencialidade. |
| Resultados a atingir | Consentimento informado sobre o projeto. Autoconhecimento acerca da situação financeira atual e literacia financeira. |
| Avaliação | Questionário de avaliação da sessão |

| Sessão 2 - Planeamento Financeiro | |
|--|---|
| Data/Hora | |
| Local | Instalações do CAFAP |
| Tempo | 40 minutos a 1 hora |
| Objetivos Gerais | Elaboração de um planeamento financeiro |
| Objetivos Específicos | Analisar o rendimento familiar; Identificar e quantificar os gastos; Estabelecer metas financeiras; Determinar prioridades dos gastos; Elaborar um plano orçamental familiar consoante os rendimentos e os gastos; |
| Recursos Humanos | Equipa Técnica |
| Recursos Materiais | Folhas/caderno, caneta, computador e impressora. |
| Procedimentos | Na primeira parte da sessão, será apresentado o tema e alguns conceitos relacionados com o tema, através de uma apresentação em powerpoint. Esta apresentação será posteriormente entregue em formato de papel à família. De seguida, será pedido aos participantes os documentos solicitados na sessão 0 para em conjunto avaliar rendimentos da família. Após a avaliação será pedido aos participantes que identifiquem e quantifiquem os seus gastos diários/semanais/mensais, contas dos serviços utilizados em casa, renda, |

| | |
|-----------------------------|--|
| | <p>compras em supermercados, etc.</p> <p>A seguir, em conjunto, serão estabelecidas metas e prioridades financeiras e serão escritas numa folha e será entregue uma cópia à família para operacionalizar o compromisso</p> <p>No fim, e depois de ter acesso aos rendimentos, aos gastos e saber qual as prioridades da família, será elaborado um plano orçamental familiar.</p> <p>Este plano será escrito à mão numa folha juntamente com a família e ser-lhe-á entregue uma cópia.</p> |
| Resultados a atingir | <p>Elaboração do orçamento mensal tendo em conta os rendimentos e despesas;</p> <p>Cumprimento das metas estabelecidas com vista à geração de poupança;</p> |
| Avaliação | Questionário de avaliação da sessão |

| Sessão 3 – No poupar é que está o ganho | |
|--|--|
| Data/Hora | |
| Local | Instalações CAFAP |
| Tempo | 40 minutos a 1 hora |
| Objetivos Gerais | Aquisição de técnicas para gerar poupança de dinheiro |
| Objetivos Específicos | Estratégias para poupar dinheiro nas contas da água, luz e gás em casa, organização e conservação de alimentos, gestão de compras semanais e mensais para evitar desperdício, reutilização de produtos e materiais |
| Recursos Humanos | Equipa Técnica |
| Recursos Materiais | Folhas/caderno, caneta, computador e impressora; |
| Procedimentos | <p>Na primeira parte da sessão, será apresentado o tema e alguns conceitos relacionados através de uma apresentação em powerpoint que será depois entregue em formato de papel à família.</p> <p>Após a introdução, será elaborada uma lista com as ações a serem praticadas em casa para que seja possível baixar os consumos dos serviços disponíveis e por consequência baixar o valor das faturas e também a organização e limpeza dos locais apropriados para a arrumação dos produtos alimentares (fazendo com a sua duração seja mais longa e preservada).</p> <p>Outra atividade, será aludir a família para que tenha uma boa gestão dos produtos alimentares. Esta será realizada através da identificação por parte da família das quantidades de cada produto que compram semanalmente ou mensalmente, percebendo se existe um excesso ou escassez de produtos essenciais, tais como alimentos e produtos de higiene pessoal/domiciliar.</p> <p>A terceira atividade será sensibilizar a família para a reutilização de alguns materiais em vez de comprar. Será dado à família, em papel, alguns exemplos de aproveitamento de materiais em casa.</p> |
| Resultados a atingir | Aquisição de técnicas e estratégias de poupança em diversas áreas com vista a diminuir despesas e evitar o desperdício. |
| Avaliação | Questionário de avaliação da sessão |

| Sessão 4 – Gastos em bens essenciais | |
|---|--|
| Data/Hora | |
| Local | Instalações CAFAP |
| Tempo | 40 minutos a 1 hora |
| Objetivos Gerais | Educar as famílias para os gastos em bens essenciais |
| Objetivos Específicos | <p>Distinguir bens essenciais de bens não essenciais</p> <p>Identificar e priorizar os bens necessários a adquirir nas compras do mês ou da semana;</p> <p>Sensibilizar a família para a compra de produtos saudáveis e baratos;</p> |

| | |
|-----------------------------|---|
| Recursos Humanos | Equipa Técnica |
| Recursos Materiais | Folhas/caderno, caneta, computador e impressora; Panfleto de um supermercado; |
| Procedimentos | Na primeira parte da sessão, será apresentado o tema e alguns conceitos relacionados, através de uma apresentação em powerpoint. Esta apresentação será posteriormente entregue em formato de papel à família. A atividade principal desta sessão passará por a família registar numa folha quais os produtos de supermercado que compraria para a semana e para o mês, tendo em conta um orçamento base (dinheiro disponível para esse gasto) e um panfleto de um supermercado. A seguir será verificado quais os produtos que assinalaram e refletir-se-á nas escolhas da família tais como: preço altos ou baixos, comida saudável ou comida fast food/processada, produtos de marca ou “marca branca”, quantidade excessiva ou adequada em função do tempo de consumo e do número de elementos do agregado. |
| Resultados a atingir | Elaboração de listas de compras de supermercado adequadas ao orçamento familiar e passíveis de gerar poupança, mas igualmente saudáveis |
| Avaliação | Questionário de avaliação da sessão |

Sessão 5 – Estratégias educativas para a comunicação

| | |
|------------------------------|--|
| Data/Hora | |
| Local | Instalações CAFAP |
| Tempo | 40 minutos a 1 hora |
| Objetivos Gerais | Implementar estratégias educativas para a comunicação sobre literacia financeira no seio familiar |
| Objetivos Específicos | Apresentar a importância da literacia financeira para a vida familiar; Demonstrar como a gestão eficaz do dinheiro pode melhorar a qualidade de vida da família; Envolver a família na tomada de decisões financeiras importantes; Compartilhar responsabilidades e decisões financeiras; Resolver conflitos financeiros de forma assertiva e construtiva; |
| Recursos Humanos | Equipa Técnica |
| Recursos Materiais | Folhas/caderno, caneta, computador e impressora; |
| Procedimentos | Na primeira parte da sessão, será apresentado o tema e alguns conceitos, através de uma apresentação em powerpoint que será entregue em formato de papel à família. Serão apresentados vídeos sobre o que é a comunicação e como desenvolver uma melhor comunicação. Seguidamente num papel pedir-se-á para serem enumeradas quais as responsabilidades que cada progenitor e/ou ambos têm mensalmente, com o objectivo de deixar claro o que cada elemento familiar deve fazer. Depois serão fornecidas estratégias para os progenitores resolverem os conflitos financeiros de forma assertiva e eficiente. |
| Resultados a atingir | Aquisição de estratégias de comunicação entre os elementos do seio familiar sobre as questões financeiras da família com responsabilidade e assertividade; |
| Avaliação | Questionário de avaliação da sessão |

Sessão 6 – Estratégias de auto procura

| | |
|------------------------------|---|
| Data/Hora | |
| Local | Instalações CAFAP |
| Tempo | 40 minutos a 1 hora |
| Objetivos Gerais | Adquirir estratégias de auto procura pelos bens necessários |
| Objetivos Específicos | Criar auto-suficiência da parte dos progenitores para a procura das ajudas necessárias; |

| | |
|-----------------------------|---|
| | Desenvolver a procura ativa de trabalho/formação profissional e soluções que aumentem os rendimentos da família; |
| Recursos Humanos | Equipa Técnica |
| Recursos Materiais | Folhas/caderno, caneta, computador e impressora; |
| Procedimentos | <p>Na primeira parte da sessão, será apresentado o tema e alguns conceitos, através de uma apresentação em powerpoint que será entregue em formato de papel à família.</p> <p>Consciencializar os progenitores para que sejam capazes de procurar soluções/ajudas que auxiliem nos fatores económicos do seio familiar.</p> <p>Se algum dos progenitores (ou ambos), não trabalhar, e se estiver apto para trabalhar, ser capaz de procurar ativamente e quais os locais onde podem procurar.</p> <p>A nível de escolaridade, incentivar tanto aos progenitores como à criança/jovem a concluírem a escolaridade obrigatória identificando as vantagens.</p> <p>Identificar possibilidades de hobbies tanto para os progenitores como para a criança/jovem, de modo a preencher o seu tempo disponível e exercerem uma actividade de que gostam e os faça sentir bem (desporto, música, dança, etc).</p> <p>Através do computador, os progenitores irão aprender a navegar corretamente na internet com a finalidade de obterem resultados sobre a procura de emprego, hobbies, cursos online, procura de apoios sociais e onde se deslocarem, etc.</p> |
| Resultados a atingir | Aumentar os conhecimentos sobre internet e ferramentas digitais para procura de trabalho, formação profissional, hobbies e respostas às suas necessidades; |
| Avaliação | Questionário de avaliação da sessão |

Anexo II - Material usado nas sessões

| Orçamento familiar | |
|---|---------------------------------|
| Rendimentos | Despesas |
| Salário/RSI/Pensão: | Renda: |
| Abono de família: | Luz: |
| Prestação social para inclusão: | Água: |
| Majoração por deficiência: | Gás: |
| Apoio ao arrendamento: | Compras mensais/semanais: |
| Fundo de garantia: | Vestuário mensalmente: |
| Fundo de garantia para a infância: | Combustível semanal: |
| IHRU: | Alimentação fora de casa: |
| Apoio na insuficiência económica: | Gastos extraordinários diários: |
| Majoração do abono para famílias monoparentais: | |
| | |
| Total: | |

Orçamento familiar

| Estratégia para poupar |
|------------------------|
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

Como reaproveitar materiais em casa



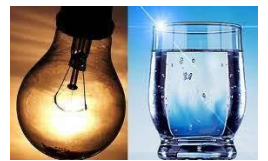
Como fazer Velas com óleo usado



Como fazer sabão com óleo usado



Vídeo de como reutilizar materiais plásticos



Técnicas para poupar água e electricidade

Através de uma revista de supermercado, quais são os produtos e alimentos que irá comprar tendo em atenção o orçamento disponível para a elaboração das compras mensais?

Produtos Saudáveis e Mais Baratos (Resposta à actividade de selecção)

(Reflexão das escolhas da família tais como: preço altos ou baixos, comida saudável ou comida fast food/processada, produtos de marca ou “marca branca”, quantidade excessiva ou adequada em função do tempo de consumo e do número de elementos do agregado.)

Bens essenciais, consciência dos gastos



Alimentação saudável



Pouco gasto, produtos saudáveis



Consumismo

Responsabilidades que cada progenitor e/ou ambos têm mensalmente

(pagamentos, gastos, decisões tomadas)

Videos sobre o melhoramento na vida das pessoas através do conhecimento da literacia financeira e do melhoramento da comunicação.





Search bar with the text "Pesquise no Google ou escreva um URL" and icons for voice search and image search.

- Gmail
- YouTube
- QR Code Fácil
- WhatsApp
- Gemini
- Início
- E
- EDUCAÇÃO F...
- Sinónimos
- Adicionar ata...

Pesquisar através da voz
Pesquisar através da escrita

Cerca de 3 550 000 resultados (0,27 segundos)

Resultados para **Bragança** · Escolher área

Search result for IEFP, I.P. with the URL https://www.iefp.pt and a description: "O IEFP é o serviço público de emprego nacional. Tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de ..."

Queria dizer: Instituto do Emprego e Formação Portugal

Escolher a 1º opção

Site em manutenção

Para o servirmos melhor o portal do Instituto do Emprego e ...

iefponline

Submeter Agora - Como Procurar Emprego - Emprego Interior MAIS

Ofertas de Emprego

IEFP União Europeia Eures República Portuguesa ...

Ofertas de Formação

IEFPOnline Instituto do Emprego e Formação Profissional. Entrar ...

iefpOnline - Login

IEFP · União Europeia · Eures · República Portuguesa ...

← → ↻ iefp.pt ☆ ☰ 📱 🏠 ⋮


INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL **iefponline** Procurar 🔍

O IEFP ▾ EMPREGO ▾ FORMAÇÃO ▾ APOIOS ▾ AJUDA ▾

Este website funciona com a utilização de cookies. [OK, não mostrar novamente](#) [Para saber mais clique aqui](#)

Instituto do Emprego e Formação Profissional

O sítio onde cidadãos e empresas encontram informação sobre a atividade, programas e medidas do IEFP, enquanto serviço público de emprego nacional.



Ler mais notícias

Assinatura de Protocolo no âmbito do Projeto Local do Centro Qualifica do CENFIC

Em todos os sites, existe uma barra seja ela horizontal ou vertical

Anexo III – PowerPoint utilizado ao longo do projeto



Capacitar para Poupar

Equipa CAFAP
Estagiário Simão Silva
2024

Sessão 1 - Planeamento Financeiro

- Um planeamento financeiro é um processo onde a família gere o seu orçamento e estabelece metas a alcançar.
- Um orçamento familiar consiste no que se ganha e no que se gasta no seio familiar, ou seja, os ganhos e os gastos dos progenitores.

Vídeo explicativo de como fazer um orçamento



| Rendimentos | Despesas |
|----------------------|--|
| Salário/RSI/Pensão X | Renda X |
| Apoios sociais X | Luz X |
| Ajudas familiares X | Água X |
| | Gás X |
| | Compras mensais/ semanais X |
| | Vestuário X |
| | Combustível semanal X |
| | Alimentação fora de casa X |
| | Gatos extraordinários diários (tabaco, jogos, café...) X |

Metas e prioridades

São objetivos que a família deseja alcançar juntos a longo prazo, trabalhando diariamente em conjunto.

- **Metas e prioridades a atingir:**
- Elaboração mensalmente do orçamento familiar;
- Pagar dividas;
- Criar um pé de meia;
- Passar mais tempo juntos - fazer atividades em comum;
- Resolver conflitos de forma assertiva e saudável;
- Comunicação aberta e assertiva, sem confusão;
- Melhorar a qualidade de vida - alimentação, saúde, exercício físico...
- Voltar a estudar, arranjar emprego, arranjar um part -time, hobbie...



Metas e prioridades

São objetivos que a família deseja alcançar juntos a longo prazo, trabalhando diariamente em conjunto.

- **Metas e prioridades a atingir:**
- Elaboração mensal do orçamento familiar;
- Pagar dívidas;
- Criar um pé de meia;
- Passar mais tempo juntos - fazer atividades em comum;
- Resolver conflitos de forma assertiva e saudável;
- Comunicação aberta e assertiva, sem confusão;
- Melhorar a qualidade de vida - alimentação, saúde, exercício físico...
- Voltar a estudar, arranjar emprego, arranjar um part-time, hobbie...



Sessão 2- No poupar é que está o ganho

- Estratégias para poupar água, luz e gás em casa, porque?
- Redução do consumo de recursos naturais (água, luz e gás);
- Diminuição da poluição: na produção de electricidade e gás e na limpeza da água pronta a consumir.
- Maior desempenho energético: uma melhor condição de energia e gás;
- Tarifa Social da água, luz e gás.



Todas as estratégias levam à diminuição dos gastos monetários das contas ao final do mês.



Estratégias

- Tomar banhos rápidos;
- Fechar a água quando se lava os dentes, se faz a barba e se ensaboa;
- Usar máquinas de lavar só quando estiverem cheias;
- Regar as plantas/jardim/horta pela manhã ou à noite;
- Usar baldes para recolher água da chuva;
- Apagar as luzes quando não é necessário;
- Usar LED;
- Desligar as fichas dos aparelhos que não estão a ser usados;
- Usar velas como luz de presença;
- Fechar as portas e as janelas durante o inverno e abrir no verão;
- Enviar todos os meses as contagens da água, luz e gás;
- Reutilizar recipientes/embalagens para outros fins;
- Reutilizar óleo usado para fazer velas e sabão;
- Organizar e limpar os devidos locais onde são colocados os alimentos.

Gravar áudio

Organização do frigorífico



COMO ORGANIZAR SUA GELADEIRA

1 FRANGO
2 FRIOS
3 PEIXE

4 OVOS
5 MANTEIGA
6 IOGURTE
7 SOBRAS

8 LEITE
9 ENLATADOS
10 DOCES
11 PUDIM

12 LEGUMES E FRUTAS
13 VERDURAS E TEMPEROS

Electrolux

1 – Prateleira superior: iogurtes, natas, queijo, compotas e maionese.
2 – Zona intermédia: fiambre e charcutaria, conservas abertas e bolos.
3 – Zona por cima das gavetas: carne, marisco e peixe crus, sopa e pratos cozinhados.
4 – Gavetas: fruta e legumes frescos.
5 – Porta: leite, sumos, manteiga, margarina, bebidas e ovos. Estes devem ser guardados com a ponta mais fina virada para baixo e não lavados. A água destrói a película protetora e abre a porta aos microrganismos.
6 – Congelador: organiza os alimentos de forma lógica. Por exemplo: uma gaveta para carne e peixe, outra para legumes, etc. Identifica os alimentos e escreve a data de congelação. E não te esqueças: consome primeiros os mais antigos.

Para além da organização do frigorífico, é essencial a limpeza e a organização dos armários onde são guardados os alimentos.

É importante colocar os alimentos com menor validade na parte da frente e os que têm mais validade mais atrás.

Sessão 3 – Gastos em bens essenciais

- Muitas vezes, é nos inculido através de publicidade e/ou até pessoas próximas que os produtos de marca são os melhores.
- Numa perspetiva mais ampla, os produtos de marca são mais caros e em geral a pessoa paga pelo rotulô e não pelo produto.
- Temos o exemplo das roupas, que muitas vezes são fabricadas no mesmo sitio e apenas são colocadas etiquetas diferentes, ou seja, a qualidade é a mesma diferenciando -se apenas quem a vende.
- Os iogurtes, outro exemplo, é preferível comprar de marca branca que são mais baratos e ainda se pode comprar em maior quantidade ou até poupar algum dinheiro, do que comprar uma quantidade baixa e mais cara só porque são de marca.
- Por outro lado, é preciso ser consciente de que mais barato não significa comprar produtos que prejudicam a saúde e a alimentação

Alimentação saudável

- A alimentação saudável pressupõe que esta deva ser completa, variada e equilibrada, proporcionando a energia adequada e o bem-estar físico ao longo do dia.
- Alimentos ricos em fibra como produtos hortícolas, frutos, cereais e leguminosas, vitaminas, sais minerais e com baixo teor de gordura devem ser os “alimentos base” do quotidiano para uma alimentação saudável.



Pirâmide/roda alimentar

Quais os alimentos base e os alimentos a evitar para se ter uma alimentação saudável?



Bens essenciais

- Fazer compras por impulso não é uma boa maneira de poupar dinheiro. Comprar alguma coisa só porque gostou ou só porque sim, não ajuda no controlo dos gastos/poupanças do orçamento mensal.
- É preciso saber gerir o dinheiro de forma assertiva e consciente. Apenas devemos adquirir o que realmente é necessário e importante para a sobrevivência e melhoramento da qualidade de vida no dia a dia.



Sessão 4 – Estratégias educativas para a comunicação

- Numa relação, seja qual for o tipo de relação entre duas ou mais pessoas, é normal haver conflitos e discussões. Contudo, a comunicação é essencial para a resolução desses mesmos conflitos e de igual modo prevenir que uma conversa ou um ato cheguem ao conflito.



Estratégias de Comunicação para Resolução de Conflito sobre Dinheiro

- Tenham conversas abertas e sinceras sobre o conflito financeiro, permitindo que todos expressem suas preocupações, sentimentos e necessidades.
- Escute com atenção e sem julgar a outra pessoa.
- Reconheça e aceite as emoções do outro, mesmo que você não concorde com elas.
- Utilize frases que comecem com "Eu" para expressar os seus sentimentos e necessidades de forma clara e assertiva, sem culpar ou atacar a outra pessoa.
- Não usar uma linguagem acusatória, como "você sempre" ou "você nunca", dificulta o diálogo.
- Foquem-se no problema em questão e evite assuntos irrelevantes ou discussões passadas.
- Procurem juntos, objetivos e interesses de cada um em relação ao dinheiro
- Esteja disposto a aceitar e fazer cedências para encontrar um compromisso que seja satisfatório para todos.
- Escolha um local calmo e tranquilo para conversar sobre o conflito.
- Celebrem juntos os sucessos e aprendam com os erros .

Sessão 5 – Estratégias de auto procura

- É necessário que cada pessoa seja capaz de procurar por aquilo que precisa e por aquilo que lhe faz bem.
- É importante saber quais são os serviços e o apoios existentes e onde procurá-los.
- Se recebe alguma ajuda social e se é apto para trabalhar, deve de procurar e arranjar trabalho uma vez que apesar do apoio social, o dinheiro ganho derivado de uma empregabilidade é sempre mais alto e o apoio pode ser útil a outra pessoa.
- Se não acabou a escolaridade obrigatória ou se pensa em tirar um curso superior, esforce e realize esse objetivo, só trará benefícios.
- Se não sabe inglês ou se pretende aprender mais línguas, existem cursos que o podem ajudar a alcançar essa meta.
- A auto procura é saber ir atrás do que realmente se quer e fazer de tudo para que se concretize com esforço e dedicação.

Onde procurar ajuda

| Locais | Sites |
|--|--|
| Segurança Social | ePortugal |
| Instituto de Emprego e Formação Profissional | Segurança Social Direta |
| Câmara Municipal | IEFP Online |
| Santa Casa da Misericórdia | Portal da Solidariedade |
| Instituições de apoio Social: CAFAP, Apoio à Vítima, CRI, etc. | Cruz Vermelha |
| Agrupamento de escolas | Cáritas Portugal |
| Institutos/Organizações ligados à Educação: instituto de línguas, ambiente, social, desporto, musica, dança, etc | Banco alimentar contra a fome |
| GNR, Policia | Todas as instituições por norma têm um site na internet onde podem ser obtidas certas informações sobre a instituição |

Em bragança

| |
|---|
| Segurança Social |
| IEFP |
| Centro Social Obra Kolping |
| Centro Social Padre Miguel |
| Fundação Betânia |
| Centro Social e Paroquial Santo Condestável |
| Serviço de Ação Social do IPB |
| Fundação Casa do Trabalho |
| Cáritas Portuguesa |
| Casa de Repouso Santa Vitória |
| Cúria Diocesana |
| Santa Casa da Misericórdia de Bragança |
| Cruz Vermelha |
| Entre famílias |

Hobbies

| |
|----------|
| Desporto |
| Dança |
| Musica |
| Línguas |
| Cozinhar |
| Artes |

- Nunca é tarde de mais para se fazer aquilo que mais gostamos, é preciso vontade e empenho para concretizar todos os nossos objetivos de vida.
- Ter um hobby não é essencialmente para crianças ou jovens, mas sim para todas as idades.
- É preciso que cada pessoa tenha o seu espaço e o seu tempo para desempenhar atividades que a faça sentir bem e lhe conceda um desenvolvimento pessoal.

Anexo IV – Termo de Consentimento dos participantes



Família A



CT/CAFAP.DCPDDP.002/00

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE DIREITO A PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E UTILIZAÇÃO DE IMAGEM

A Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar respeita o seu direito à privacidade e não recolhe qualquer informação pessoal sobre si ou o seu filho sem o seu consentimento.

Quaisquer dados pessoais que nos forneça serão tratados com as garantias de segurança e confidencialidade, exigidas pela Lei de Proteção de Dados.

A informação que nos é confiada é tratada como sendo privada, sendo utilizada unicamente para os fins da prestação de serviços. Os dados pessoais não serão tratados nem revelados sem o seu consentimento expresso, nos termos da lei em vigor.

A Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar garante-lhe o direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou eliminação definitiva dos dados pessoais disponibilizados no âmbito dos registos, incluindo o exercício do “direito a ser esquecido”.

Qualquer questão relacionada com o tratamento dos dados pessoais dos pais, representantes legais ou da criança ou jovem deve ser dirigido, por escrito, ao/à presidente da Fundação Dr. João Paulo Veiga Matos, através do endereço de correio eletrónico: geral@casatrabalho.pt

- Autorizo a recolha e tratamento dos meus dados pessoais no quadro da prestação de serviços da Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar: Sim Não

- Autorizo a Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar a instruir internamente um processo administrativo o qual é confidencial e com acesso reservado: Sim Não

- Autorizo a Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar a instruir internamente um processo individual o qual é confidencial e com acesso reservado: Sim Não

- Autorizo a Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar a utilizar a minha imagem e a do meu filho/a para divulgação, promoção ou informação sobre as atividades da Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, nomeadamente no *site* e *facebook* institucional, Jornal “O Miúdo, Newsletter e Twitter:

Sim Não

Eu _____ com CC Nº _____ declaro que li e compreendi estas declarações.

Bragança, 04/03/2024

(Assinatura)

Este documento é um registo informático e nenhum dos seus criadores se responsabiliza por eventuais alterações.
Assinatura: _____ Data: _____



Família B



CT/CAFAP.DCPDDP.002/00

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE DIREITO A PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E UTILIZAÇÃO DE IMAGEM

A Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar respeita o seu direito à privacidade e não recolhe qualquer informação pessoal sobre si ou o seu filho sem o seu consentimento.

Quaisquer dados pessoais que nos forneça serão tratados com as garantias de segurança e confidencialidade, exigidas pela Lei de Proteção de Dados.

A informação que nos é confiada é tratada como sendo privada, sendo utilizada unicamente para os fins da prestação de serviços. Os dados pessoais não serão tratados nem revelados sem o seu consentimento expresso, nos termos da lei em vigor.

A Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar garante-lhe o direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou eliminação definitiva dos dados pessoais disponibilizados no âmbito dos registos, incluindo o exercício do “direito a ser esquecido”.

Qualquer questão relacionada com o tratamento dos dados pessoais dos pais, representantes legais ou da criança ou jovem deve ser dirigido, por escrito, ao/à presidente da Fundação Dr. João Paulo Veiga Matos, através do endereço de correio eletrónico: geral@casatrabalho.pt

- Autorizo a recolha e tratamento dos meus dados pessoais no quadro da prestação de serviços da Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar: Sim Não

- Autorizo a Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar a instruir internamente um processo administrativo o qual é confidencial e com acesso reservado: Sim Não

- Autorizo a Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar a instruir internamente um processo individual o qual é confidencial e com acesso reservado: Sim Não

- Autorizo a Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar a utilizar a minha imagem e a do meu filho/a para divulgação, promoção ou informação sobre as atividades da Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, nomeadamente no *site* e *facebook* institucional, Jornal “O Miúdo, Newsletter e Twitter: Sim Não

Eu _____ com CC Nº _____ declaro que li e compreendi estas declarações.

Bragança, 07/03/2024

(Assinatura)

Este documento é um registo informático e nenhum dos seus criadores se responsabiliza por eventuais alterações.
Assinatura: _____ Data: _____

Anexo V – Questionário Pré-teste e Pós-teste

O presente questionário pretende compreender qual o conhecimento das famílias sobre a literacia financeira para o desenvolvimento de um projeto socioeducativo no âmbito do estágio curricular do Mestrado de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida da Escola Superior de Educação de Bragança, em desenvolvimento na instituição CAFAP, e conta com o acompanhamento da Orientadora Dr^a. Iveta Vilarés (CAFAP) e pela Supervisora Dr^a. Teresa Fernandes (IPB).

Procedimentos: A participação neste estudo envolve respostas às questões sobre a literacia financeira. Ser-lhe-ão também pedidos alguns dados de caracterização sociodemográfica (ex. idade, género, escolaridade, etc.). **Em nenhum momento lhe será pedido o nome, endereço eletrónico ou outro dado que o/a possa identificar porque as respostas são confidenciais.**

Participação Voluntária: A participação neste estudo é totalmente voluntária. É livre de recusar participar ou de parar de responder a qualquer momento assim como desistir do projecto em geral.

Confidencialidade e Proteção de Dados: O questionário encontra-se implementado apenas em papel. As suas respostas serão analisadas de forma agregada, ou seja, em conjunto com as respostas dadas por todas as pessoas que respondem ao estudo. Cada participante apenas será identificado, para os investigadores, com um código alfanumérico. **Os dados serão conservados apenas pelo período necessário para cumprir as finalidades que motivaram a sua recolha e tratamento e exclusivamente para fins académicos.**

Consentimento Informado: Ao avançar indica que leu e compreendeu as informações acima e aceita participar de livre vontade neste projecto. Ao avançar está também a autorizar a recolha, tratamento e armazenamento dos dados para o fim a que se destina.

Aceito participar Não aceito participar

Perguntas sociodemográficas

Qual é a sua idade? ____

Género?

- Masculino__
- Feminino__

Qual é o seu nível de escolaridade? ____

Situação Profissional?

- Desempregado
- Empregado

- Reformado
- Estudante

Se é trabalhador qual a sua área profissional? _____

Número de filhos? _____

Idade do(s) filho(s) _____

Perguntas sobre hábitos financeiros

Sabe o que é um orçamento? Sim Não

Faz um orçamento mensal? Sim Não

Controla os seus gastos? Sim Não

Poupa dinheiro? Sim Não

Quais são as suas principais preocupações financeiras?

- Renda
- Gastos
- Dívidas
- Poupança
- Outro, quais? _____

Perguntas sobre hábitos de poupança?

Conhece técnicas para poupar água, luz e gás? Sim Não

Se sim diga quais:

Sabe como organizar os alimentos nos armários e no frigorífico? Sim Não

Tem por hábito verificar a validade dos alimentos? Sim Não

Limpa regularmente os armários onde arruma os alimentos e o frigorífico? Sim Não

Costuma ter diariamente muitas fichas ligadas à corrente? Sim Não

- Quantas mais ou menos? _____

Costuma fazer refeições fora de casa? Sim Não

- Se sim quais? _____
- Quantas vezes por semana? _____
- Quanto gasta em cada refeição? _____

Compara preços antes de comprar? Sim Não

Perguntas sobre os gastos mensais

Tem uma conta bancária? Sim Não

Qual é o seu rendimento mensal? _____

Quanto paga em média de contas em casa (luz, água, gás)? _____

Quanto gasta em média em compras de supermercado por semana?

E por mês?

Quem paga as compras mensais do supermercado?

- À vez
- Ambos dividem
- Progenitora
- Progenitor

Tem serviço de internet, televisão e telefone? Sim Não

- Se sim quanto paga? _____

Quanto paga de renda? _____

Pergunta sobre comunicação

Sabe quanto o seu parceiro (a), recebe mensalmente? Sim Não

- Quanto:

Partilha com o seu parceiro (a) os gastos pessoais? Sim Não

O tema dos gastos no seio familiar gera comunicação ou discussão? Sim Não

- Se sim porquê?

| | |
|--|---|
| Forças (aspectos positivos) | Fraquezas (aspectos a melhorar) |
| Oportunidades (fatores externos favoráveis) | Ameaças (fatores externos desfavoráveis) |

Anexo VI - Diploma dado aos participantes do projeto, progenitores/cuidadores e crianças



Anexo VII – Atividade do Dia Mundial da Família (16 de Maio)

Atividade da árvore e novelo: “A família é uma árvore de amor que planta sementes todos os dias”

Círculo com as famílias, cada uma diz uma palavra ou frase e passa para outra pessoa o novelo.... Seguidamente...

PALAVRA OU FRASE: colocar na árvore como se fosse folhas

- Refira o que acha do CAFAP.
- Considera útil o acompanhamento do CAFAP?
- Foi útil em que?
- Em duas palavras como caracteriza o CAFAP.

Eu nunca

Fazer entre 15 cartões com afirmações, nas costas dos cartões colocar números.

Cada pessoa escolhe um número à vez, e a afirmação desse mesmo cartão é lida pelo moderador.

Cada pessoa terá consigo um sinal com dupla face, uma verde e outra vermelha, que deveram mostrar consoante a sua resposta. Ou seja, se for positiva mostram o verde, se for negativa mostram o vermelho

Questões:

- Existe boa comunicação em casa?
- Quem nunca gritou com os filhos?
- Eu nunca discuti com o meu companheiro(a)/ filho(a).
- Eu nunca fiquei com vergonha de algo que um membro da minha família tenha feito.
- Eu nunca disse à minha família que os amava.
- Eu nunca dei uma palmada no meu filho(a).
- Eu nunca menti para a minha família.
- Eu nunca reconheço o meu erro.
- Eu culpo sempre o outro quando algo está mal.
- Eu nunca senti que decepcionei a minha família.
- Eu sinto que dou o meu máximo como mãe/pai perante os meus filhos.
- Eu nunca escrevi uma carta de amor e carinho para o meu companheiro(a) e/ou filho.
- Eu nunca encobri um mau comportamento.
- Nunca senti que a minha opinião foi valorizada pela minha família.
- Eu nunca me senti má mãe/pai.

Lembrança:

- Um copo com uma semente previamente plantada, com o intuito de fazer com que a família cuide da planta. (Fazer questão de dizer que nas visitas domiciliárias a equipa estará atenta ao crescimento da planta).
- Colocar também um palito com uma palavra/frase pequena (tipo uma bandeira). FRASE: “Quem ama cuida”

Lanchinho

Ao critério da Senhora Coordenadora e da senhora cozinheira.

1- Material da atividade

Refira o que acha do CAFAP

Considera útil o acompanhamento do CAFAP?

Foi útil em que?

Em duas palavras como caracteriza o CAFAP?

1

Existe boa comunicação em casa?

Quem nunca gritou com os filhos?

Eu nunca discuti com o meu companheiro(a)/ filho(a).

1

2

3

Eu nunca fiquei com vergonha de algo que um membro da minha família tenha feito.

Eu nunca disse à minha família que os amava.

Eu nunca dei uma palmada no meu filho(a).

4

5

6

Eu nunca menti para a minha família.

Eu nunca reconheço o meu erro.

Eu culpo sempre o outro quando algo está mal.

7

8

9

Eu nunca senti que decepcionei a minha família.

Eu sinto que dou o meu máximo como mãe/pai perante os meus filhos.

Eu nunca escrevi uma carta de amor e carinho para o meu companheiro(a) e/ou filho.

10

11

12

Eu nunca encobri um mau comportamento.

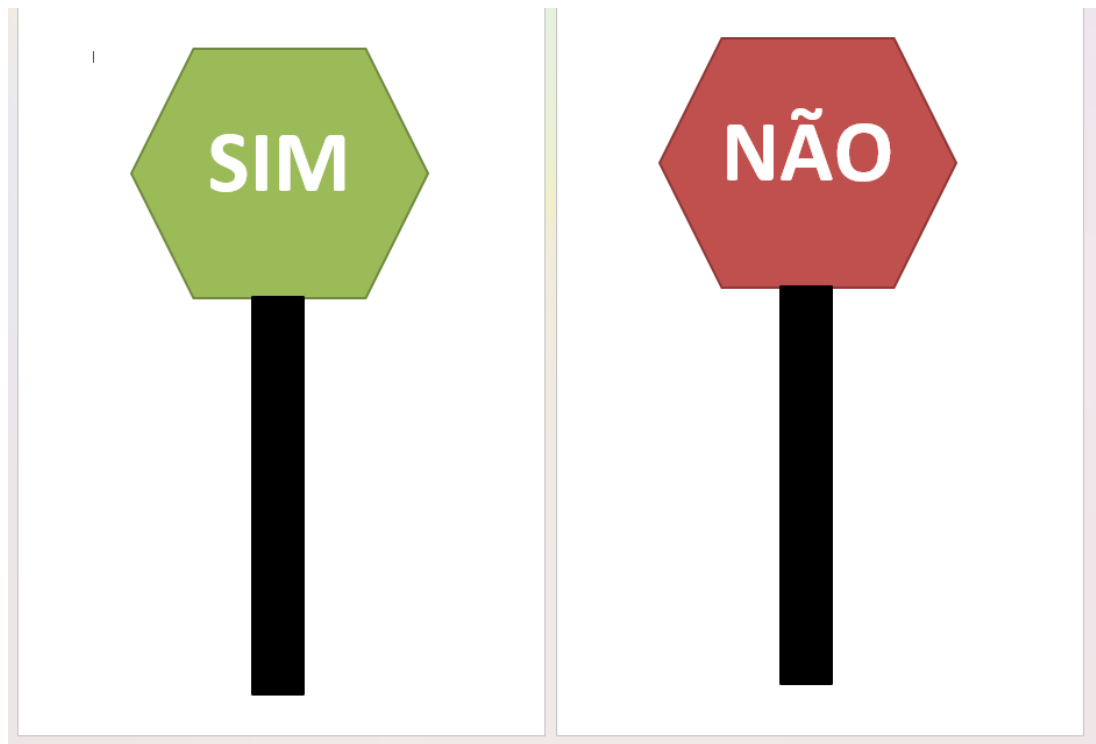
Nunca senti que a minha opinião foi valorizada pela minha família.

Eu nunca me senti má mãe/pai.

13

14

15



2- Fotos tiradas ao longo da atividade



Dia da Família



Nas instalações do CAFAP



Das 14h às 16h




No dia 16 de Maio



CAFAP

Dia da
Família

 casa de trabalho





Refira o que acha do CAFAP

Em duas palavras como caracteriza o CAFAP

Considera útil o acompanhamento do CAFAP?

Foi útil em que?



